MANUAL
de Debate e Avaliação

Atualizado pelo CA WUDC 2025 Panamá

Tradução Condeb

CONDEB

CONFEDERAÇÃO DE DEBATES DO BRASIL

Uma Nota sobre a Autoria deste Manual

O Manual de Debate e Adjudicação do Campeonato Mundial de Debates Universitários (WUDC ou Mundial) foi inicialmente compilado em preparação para o 35° Campeonato Mundial na Malásia. Antes disso, nos trinta e cinco anos de história do Mundial, não havia um único documento autoritativo, além da Constituição do WUDC, que especificasse como o debate e a adjudicação ocorrem nos Campeonatos Mundiais.

Este Manual é o produto do tempo, trabalho, sabedoria e esforço de muitos CA Teams e intelectuais e acadêmicos do debate competitivo.

A Confederação de Debates do Brasil (Matheus Furtado, Pedro José e Bruno Visnadi) colaborou voluntariamente para traduzir, diagramar e disponibilizar este documento, exclusivamente para fins educacionais e de livre distribuição, respeitando todos os direitos autorais e créditos aos autores originais.

Lista Resumida de Contribuidores Substanciais Anteriores:

- O CA Team do WUDC do Panamá de 2025: Juanita Hincapié Restrepo, Erasmus Mawuli Segbefia, Jane Mentzinger, Kat Cheng, Marta Vasić, Pranav Kagalkar e Shudipto Ahmed;
- O CA Team do WUDC de Madri de 2023: Jessica Musulin, Sourodip Paul, Klaudia Maciejewska, Nar Sher May, Njuguna Macharia, Ruth Silcoff;
- O CA Team do WUDC de Belgrado de 2022: Brent Schmidt, Enting Lee, Hadar Goldberg, Juanita Hincapié Restrepo, Milos Marjanovic, Noluthando Honono, Robert Barrie, Yarn Shih;
- O CA Team do WUDC da Coreia de 2021: Bobbi Leet, Boemo Phirinyane, Connor O'Brien, Dan Lahav, Milos Marjanovic, Mubarrat Wassey, Sebastian Dasso, Sooyoung Park, Tejal Patwardhan, Teck Wei Tan;
- O CA Team do WUDC da Tailândia de 2020: Ashish Kumar, Jasmine Ho, Michael Dunn-Goekjian, Ayal Hayut-Man, Archie Hall, Mayu Arimoto, Lucia Arce, Julio Meyer, Evan Lynyak, Cliff Simataa, Jessica Musulin;
- O CA Team do WUDC da Cidade do Cabo de 2019: Ameera Natasha Moore, Fanele Mashwama, Dan Lahav, Elisha Kunene, Enting Lee, Raffy Marshall e Steph White;
- O CA Team do WUDC do México de 2018: Michael Dunn-Goekjian, Mifzal Mohammed, Emma Johnstone, Sella Nevo, Wasifa Noshin, Steven Penner, Paul Smith, Evan Lynyak e Nicholas Ferezin;

- O CA Team do WUDC da Holanda de 2017: Syedd Saddiq, Karin Merckens, Hyewon Rho, Michael Dunn-Goekjian, Omer Nevo, Jodie O'Neill, Veenu Goswami, Yashodhan Nair e Ingrid Rodriguez;

- O CA Team do WUDC de Tessalônica de 2016: Manos Moschopoulos, Arinah Najwa, Chris Bisset, John McKee, Josh Zoffer, Sarah Balakrishnan e Tasneem Elias;

- A Equipe de Adjudicação do Worlds da Malásia de 2015: Shafiq Bazari, Jonathan Leader Maynard, Engin Arıkan, Brett Frazer, Madeline Schultz, Sebastian Templeton, Danique van Koppenhagen;

- Chief Adjudicators de Worlds passados: Michael Baer, Sam Block, Doug Cochran, Lucinda David, Harish Natarajan, Sharmila Parmanand;

- O CA Team do EUDC do Mar Negro de 2023: Hadar Goldberg, Milos Marjanovic, Geneva Roy, Josef Moscovici, Klaudia Maciejewska;

- O CA Team do EUDC de Atenas de 2019: Dan Lahav, Sharmila Parmanand, Benji Kalman, Brian Wong, Cliodhna Ni Cheileachair, e Milos Marjanovic pela criação da tabela de feedback de adjudicadores;

- O CA Team do EUDC de Varsóvia de 2016: Emilia Carlqvist, Harish Natarajan, Adam Hawksbee, Helena Ivanov, Radu Cotarcea, e Yael Bezalel pelas atualizações na tabela de speaker points;

- O CA Team do EUDC de Manchester de 2013: Alex Worsnip, Andrew Tuffin, Dessislava Kirova, Filip Dobranić, Omer Nevo, Joe Roussos, Jonathan Leader Maynard, Sam Block, e Shengwu Li pelo trabalho original na tabela de speaker points do WUDC.

TABELA DE CONTEÚDOS:

1	**REGRAS BÁSICAS DO DEBATE BP**	**8**
1.1	O Formato BP	8
1.2	Duração dos Discursos	9
1.3	Papéis das Quatro Duplas	9
1.4	Pontos de Informação	10
	Considerando POIs na Adjudicação de Engajamento	11
	Cortando um POI	12
	Interrupções	12
	Pontos de Esclarecimento	12
1.5	Antes do Debate	13
	A moção	13
	Informação, Contexto ou Definições que Acompanham as Moções	13
	Tempo de Preparação	14
	Apresentação de Pronomes	14
1.6	Iron	15
1.7	Quebras de Ordem	16
	Chamada de Ordem	16
	Parando o Tempo	17
2	**DEBATENDO E ADJUDICANDO NO WUDC**	**18**
2.1	Vencendo um Debate	18
2.2	Eleitor Bem Informado e Inteligente	18
	Fatos, Conhecimento e Linguagem Especializada	18
	Disposições	19
	Julgando como o Eleitor Bem Informado e Inteligente	20
2.3	Persuasividade	21
	Análise	21
	Estilo	22
2.4	Contradições	24
	O Que é uma Contradição?	24
	Contradições no Mesmo Discurso ou na Mesma Dupla	25
	Contradições entre Duplas da Mesma Bancada	25
	Como as Duplas Devem Lidar com Contradições do Outro Lado	26
2.5	Refutação, Engajamento e Comparativas	26
2.6	Ônus	28
	Sopesando Métricas Concorrentes	29
2.7	Tipos de Moções	30
	Moções de Políticas	31

	Moções de Análisse	32
	Moções de Agente	35
	Tipos de Moções Alternativas	36
2.8	Cumprimento de Funçõess	37
2.9	Definições e Modelos	38
	Squirrelando	40
	Definições Vagas	40
	Desafiando a Definição	42
2.10	Opondo o Debate	44
	Alternativas	45
2.11	Discurso de Extensão - Expandindo o Debate	47
	Esfaqueamento	48
2.12	Discurso de Whip	49
2.13	Equidade	49
3	**NOTAS ADICIONAIS PARA ADJUDICADORES**	**51**
3.1	Decidindo Resultados	51
3.2	Painéis de Adjudicação	52
	Juízes Trainees	53
3.3	Gerenciando a Deliberação	54
3.4	Preenchendo o Ballot	55
3.5	Anunciando o Resultado	57
3.6	Alguns Erros Comuns para Evitar na Adjudicação e Feedback	59
	Falhas em Julgar o Debate como Ele Ocorreu	60
	Dar Prioridade Indevida a Certos Tipos de Argumentos	60
	Penalizações Inapropriadas	60
	Julgar o Formato e não o Conteúdo	61
	Chegar Rapidamente a uma Call e Depois Buscar Justificativa	62
3.7	Feedback para Adjudicadores	62
	APÊNDICE A: TABELA DE SPEAKER POINTS DO WUDC	**63**
	APÊNDICE B: ESCALA DE FEEDBACK PARA O PRESIDENTE DE MESA	**66**
	APÊNDICE C: ESCALA DE FEEDBACK PARA WINGS E TRAINEES	**70**

INTRODUÇÃO: REGRAS E ORIENTAÇÕES

Este manual está dividido em três capítulos. O Capítulo Um explica o formato fundamental e a operação dos debates no formato British Parliamentary (BP) utilizado no WUDC. O Capítulo Dois explica como os adjudicadores devem avaliar os debatedores e, consequentemente, como os debatedores devem debater. O Capítulo Três oferece algumas notas adicionais para adjudicadores, abordando questões como o processo de deliberação, tabela de speaker points, feedback, alguns erros a evitar, entre outros.

Em última análise, tudo nos Capítulos Um e Dois deste manual pode ser dividido em dois tipos de declarações: Regras e Orientações. As Regras são requisitos obrigatórios do debate em BP, a maioria das quais está presente na Constituição do WUDC – desrespeitar essas regras é inaceitável, embora em muitos casos a infração possa ser pequena, não especialmente repreensível e facilmente remediada. Muitas regras proíbem estritamente certas práticas: por exemplo, não é permitido oferecer um ponto de informação (POI) após 6 minutos do discurso de um debatedor. Algumas violações das regras (como oferecer um POI após 6 minutos, falar por mais de 7 minutos e 30 segundos ou trazer objetos de cena para um discurso) podem exigir a intervenção do Presidente de Mesa do debate (embora, idealmente, uma intervenção rápida e mínima) para interromper o debatedor que está violando as regras (por exemplo, o Presidente de Mesa pode instruir quem ofereceu o POI ou o debatedor atual a sentar-se e parar de falar). Chamamos isso de "quebra de ordem".

Outras regras tratam de como o Presidente de Mesa deve avaliar características dos discursos ao determinar a persuasão relativa das duplas. Muitas dessas regras estão em forma inicial no Protocolo Técnico, mas foram desenvolvidas pela prática contínua e aceitação comum em complexos que têm elementos de tanto regras quanto orientações. Exemplos incluem a abordagem adequada a falhas em aceitar POIs, a consideração de características estilísticas desagradáveis e a avaliação de se um argumento foi de fato logicamente persuasivo. Quebras dessas regras raramente, ou nunca, exigirão intervenção do Presidente de Mesa, sendo consideradas na avaliação do adjudicador sobre o quão persuasivo foi o debatedor ao adjudicar o debate. Em outras palavras, as regras especificam o que pode e o que não pode ser feito nos esforços dos debatedores para vencer debates. Elas não são opcionais, embora na grande maioria dos casos suas violações sejam pequenos erros e devem ser tratadas como tais, ao invés de serem consideradas tentativas descaradas de trapaça.

Em vários momentos, este manual faz declarações que não são regras, mas orientações – tentamos sempre ser explícitos ao afirmar que algo é uma orientação e não uma regra. Orientação é um conselho geral sobre como ter sucesso no debate competitivo. Por exemplo, é sensato, se você quer ser persuasivo, estruturar seu discurso de certas maneiras: rotular explicitamente seus pontos e usar exemplos de uma variedade de casos diferentes. Mas não é necessário fazer nenhuma dessas coisas para ser persuasivo ou vencer um debate, e não há razão para que alguém que rotula seus pontos deva necessariamente ser considerado mais persuasivo do que alguém que não o faz. Rotular explicitamente os pontos geralmente ajudará

um debatedor a transmitir seu argumento aos adjudicadores – mas pode haver outras maneiras de fazer isso ou circunstâncias em que o rótulo explícito é desnecessário. Orientação, portanto, constitui conselhos gerais dos autores e tradutores deste manual para debatedores ou adjudicadores – muito semelhante a dicas ou orientações que um treinador daria – que eles são livres para seguir ou ignorar conforme desejarem.

Crucialmente, uma dupla nunca deve ser penalizada, na adjudicação de um debate, por não seguir qualquer orientação oferecida neste manual simplesmente "porque é a orientação oferecida no manual". **Em outras palavras, os adjudicadores devem julgar o quão persuasivas são as duplas de acordo com as regras, e não com o quanto as duplas seguem nossas orientações.**

1. REGRAS BÁSICAS DO DEBATE BP

1.1 O Formato BP

Cada debate conterá quatro duplas, cada dupla composta por dois debatedores.

Há duas duplas em cada lado do debate. De um lado estão o primeiro governo (OG) e o segundo governo (CG); do outro, a primeira oposição (OO) e a segunda oposição (CO).

Os dois lados do debate às vezes são chamados de "bancadas" – como em "a bancada do governo" e "a bancada da oposição". As duas primeiras duplas no debate (OG e OO) às vezes são coletivamente chamadas de "primeira metade", enquanto as terceira e quarta duplas (CG e CO) são coletivamente chamadas de "segunda metade".

BANCADA DO GOVERNO	BANCADA DA OPOSIÇÃO
Primeira Metade	
OG Primeiro Ministro (PM) Adjunto de Primeiro Ministro (DPM)	OO Líder da Oposição (LO) Vice-Líder da Oposição (DLO)
Segunda Metade	
CG Extensão de Governo (GM) Whip de Governo (GW)	CO Extensão de Oposição (OM) Whip de Oposição (GW)

Na ordem especificada abaixo, os debatedores das quatro duplas fazem seus discursos, cada debatedor dando 1 (um) discurso:

1. Primeiro debatedor (o "Primeiro Ministro") da dupla OG,
2. Primeiro debatedor (o "Líder de Oposição") da dupla OO,
3. Segundo debatedor (o "Adjunto de Primeiro Ministro") da dupla OG,
4. Segundo debatedor (o "Vice-Líder de Oposição") da dupla OO,
5. Primeiro debatedor (a "Extensão de Governo") da dupla CG,
6. Primeiro debatedor (a "Extensão de Oposição") da dupla CO,
7. Segundo debatedor (o "Whip do Governo") da dupla CG,
8. Segundo debatedor (o "Whip da Oposição") da dupla CO.

O debate é presidido por um "Presidente de Mesa", um indivíduo designado para supervisionar o andamento do debate, chamando os debatedores para falar e fazendo cumprir as regras. No WUDC, o Presidente de Mesa geralmente é um dos adjudicadores – as pessoas que, no final,

decidirão o resultado do debate. Na Grande Final do torneio, o Presidente de Mesa pode ser um Mestre de Cerimônias ou outro indivíduo designado que não faz parte da adjudicação. Cada debate também costuma ter um cronometrador, que pode ser o próprio Presidente de Mesa, outro adjudicador ou outra pessoa, responsável pelo tempo dos discursos dos debatedores.

1.2 Duração dos Discursos

Os discursos têm duração de 7 minutos. Sinais de tempo (geralmente uma batida na mesa, toque de sineta ou palmas) serão dados pelo cronometrista para indicar quando se passou 1 minuto, 6 minutos e 7 minutos (muitas vezes indicado por um toque duplo na sineta ou duas palmas/batidas). Embora os debatedores devam idealmente terminar seu discurso aos 7 minutos, eles podem continuar legitimamente para concluir uma frase ou encerrar uma conclusão. Como regra geral, isso não deve levar mais de 15 segundos adicionais. Após 7 minutos e 15 segundos, os adjudicadores não têm permissão para considerar qualquer coisa que o debatedor disser. O Presidente de Mesa ou o cronometrista do debate deve bater na mesa ou aplaudir três vezes em intervalos de 10 segundos após os 7 minutos e 15 segundos para lembrar o debatedor de que ele já ultrapassou o limite de tempo. Se o debatedor continuar falando após os 7 minutos e 30 segundos (o que não deveria acontecer), o Presidente de Mesa do debate deve "chamar à ordem" e instruir o debatedor a se sentar.

Os debatedores devem iniciar seu discurso assim que forem chamados pelo Presidente de Mesa do debate, a menos que existam circunstâncias razoáveis aprovadas pelo Presidente de Mesa. Os debatedores podem levar um tempo razoável para organizar suas notas e iniciar seu cronômetro. O Presidente de Mesa deve garantir que o debate ocorra de maneira pontual.

1.3 Papéis das Quatro Duplas

Cada dupla tem um papel a desempenhar no debate, e os debatedores dessa dupla devem tentar cumprir esse papel de maneira eficaz:

a) O primeiro governo (OG) deve definir a moção, apresentar argumentos a favor do seu lado e refutar argumentos apresentados pela primeira oposição (OO).

b) A primeira oposição (OO) deve refutar o caso do primeiro governo (ou seja, o conjunto geral de argumentos que eles apresentaram) e desenvolver argumentos construtivos sobre por que seu lado da bancada deve vencer o debate.

c) O segundo governo (CG) deve fornecer uma análise adicional a favor da moção, que deve ser consistente, mas distinta, do material substantivo apresentado pelo primeiro governo (OG). A análise adicional pode assumir a forma de material substantivo, refutação, estruturação, caracterização ou qualquer tipo de conteúdo destinado a fortalecer o caso do governo.

d) A segunda oposição (CO) deve fornecer uma análise adicional contra a moção, que deve ser consistente, mas distinta, do material substantivo apresentado pela primeira oposição (OO). A análise adicional pode assumir a forma de material substantivo, refutação, estruturação, caracterização ou qualquer tipo de conteúdo destinado a fortalecer o caso da oposição.

Mais detalhes sobre esses papéis podem ser encontrados no Capítulo 2.

1.4 Pontos de Informação

Um POI (ponto de informação) é uma intervenção formalizada feita por qualquer debatedor do lado oposto da bancada em relação ao debatedor que está com a palavra. Cabe ao debatedor que está com a palavra decidir quais POIs aceitar (ou seja, permitir que sejam feitos) ou rejeitar (ou seja, não permitir que sejam feitos).

O primeiro e o último minuto de cada discurso são conhecidos como "tempo protegido", durante o qual nenhum POI pode ser oferecido ao debatedor que está discursando. Nos 5 minutos intermediários (ou seja, entre 1 minuto e 6 minutos), POIs podem ser oferecidos.
As duplas devem aceitar pelo menos 1 POI por debatedor e são fortemente encorajadas a aceitar 3 POIs ao longo da dupla – incluindo pelo menos 1 POI de uma dupla na diagonal (por exemplo, CO aceitando POIs de OG).

Um POI pode durar até 15 segundos. Ele pode ser um comentário ou uma pergunta direcionada ao debatedor que está com a palavra. Para oferecer um POI, um debatedor deve, se possível, levantar-se e dizer "ponto de informação", "neste ponto" ou "ponto". Não deve oferecer "POIs codificados", pronunciando qualquer coisa que revele o conteúdo do POI antes de ele ser aceito (como dizer, por exemplo, "sobre a lei" ou "não!"). Se o POI oferecido for recusado, o debatedor que o ofereceu deve se sentar imediatamente.

POIs não podem ser oferecidos após a marca dos 6 minutos no discurso de um debatedor, e, aos 6 minutos, todos os debatedores que estiverem de pé (para indicar que ofereceram um POI) devem se sentar. É aceitável que um POI oferecido e aceito antes dos 6 minutos continue a ser feito após a marca dos 6 minutos – ele deve continuar até ser concluído, o tempo de 15 segundos se esgotar ou o POI ser interrompido. Também é aceitável que um POI oferecido antes dos 6 minutos seja aceito exatamente na marca dos 6 minutos e então seja feito. Uma vez que todos os debatedores estejam sentados após a marca dos 6 minutos, nenhum outro POI pode ser oferecido ou aceito.

Às vezes, os debatedores podem expressar uma "preferência de POI", como:

- exigir que certos debatedores ou duplas parem de oferecer POIs
- dizer que aceitarão apenas um POI de uma dupla específica (por exemplo, o primeiro ministro diz que aceitará apenas um POI de CO)

- pedir que debatedores ou duplas façam POIs apenas em um momento específico (por exemplo, após o 5º minuto)
- pedir que debatedores ou duplas façam POIs de forma não verbal (por exemplo, apenas levantando a mão).

No entanto, **os debatedores não são obrigados a seguir essas preferências. Além disso, os adjudicadores não devem impor essas preferências, e sua adjudicação não deve ser alterada por essas preferências expressas.** Todos os debatedores têm o direito, durante os tempos permitidos pelas regras no debate, de oferecer POIs aos debatedores do lado oposto. Da mesma forma, um debatedor que solicita que um POI seja oferecido não cria nenhuma obrigação especial para que uma dupla ou debatedor ofereça um ponto.

Entretanto, durante competições online, debatedores podem solicitar que POIs sejam feitos de uma maneira particular, adaptada ao formato online (por exemplo, usando o chat, ligando a câmera, ativando o som e fazendo o POI), e esses pedidos devem ser seguidos pelos outros debatedores na sala.

Considerando POIs na Adjudicação de Engajamento

Os POIs são um componente importante nas rodadas de debate. É responsabilidade dos adjudicadores acompanhar e avaliar o engajamento com os POIs durante a rodada, o que inclui, mas não se limita a: se um debatedor recebeu POIs, se um debatedor aceitou um POI, a qualidade do POI oferecido, assim como a qualidade da resposta ao POI. Se um debatedor não aceitou um POI, os adjudicadores devem lembrar a sala da importância de aceitar POIs após o término do discurso do debatedor. Os adjudicadores também devem comentar sobre o engajamento com POIs durante seu feedback para as duplas, e serão avaliados nesse critério nos formulários de feedback para adjudicadores.

Ao avaliar debatedores que não aceitaram POIs (assumindo que um número suficiente de POIs foi oferecido), os adjudicadores devem ver a falha em aceitar um POI como indicativa de um nível reduzido de engajamento e levar isso em consideração ao decidir o resultado. Por exemplo, os adjudicadores podem reduzir os speaker points do debatedor que não aceitou POIs para refletir o nível reduzido de engajamento, ajustar a margem de vitória das duplas ou inverter decisões próximas entre duplas. Isso NÃO significa que uma dupla automaticamente ficará em quarto lugar por falhar em aceitar um POI, NEM SIGNIFICA que ela não possa vencer o debate!

Se um debatedor não recebeu nenhum POI, ou recebeu apenas um ou dois POIs no início de seu discurso e não teve oportunidades de aceitar POIs na segunda metade de seu discurso, ele não será penalizado pela falta de engajamento (afinal, é difícil se engajar quando não há nada com o que se engajar!). Um debatedor nessas circunstâncias pode explicitamente pedir um POI, demonstrando disposição para engajar com os argumentos, mesmo que nenhum POI seja oferecido posteriormente.

Às vezes, sugere-se que a falha em aceitar um POI seja equivalente a aceitar um POI muito prejudicial – essa não é uma forma apropriada de avaliar essa falha. Um adjudicador nunca deve dar crédito a uma dupla por argumentos que ela não apresentou.

Em geral, os adjudicadores devem avaliar a qualidade dos POIs e das respostas aos POIs da mesma forma que consideram qualquer outro material argumentativo ou de resposta no restante do debate.

Cortando um POI

Interromper um debatedor que está oferecendo um POI é conhecido como "cortar". Os POIs podem ter até 15 segundos de duração; no entanto, um debatedor pode interromper um POI antes dos 15 segundos e retomar seu próprio discurso. Sempre que um debatedor oferecendo um POI é interrompido ou seu tempo se esgota, ele deve parar de falar e se sentar. Se a pessoa oferecendo o POI não parar de falar após 15 segundos, ou após ser interrompida, o adjudicador deve intervir chamando "ordem".

Se um POI for interrompido antes dos 15 segundos, o adjudicador deve avaliar se essa interrupção foi legítima. Se o POI foi interrompido antes que o ponto pudesse ser claramente exposto, pode ser apropriado considerar que o debatedor não aceitou o POI. Isso ocorre porque os debatedores não podem se engajar de forma significativa com POIs se não permitem que seus oponentes tenham tempo suficiente para formular o POI.

Interrupções

Após um POI ter sido oferecido a um debatedor e rejeitado por ele, nenhum outro POI deve ser oferecido nos 15 segundos seguintes por qualquer debatedor. Violação persistente desta regra (ou seja, oferecer continuamente POIs a um debatedor em rápida sucessão) é conhecida como barracking ou badgering.

Isso não é permitido, pois é disruptivo para o debate e injusto para o debatedor.

Os POIs não iniciam um diálogo. Uma vez que o POI foi feito ou interrompido, o debatedor que o ofereceu deve se sentar. Ele deve esperar o tempo exigido e oferecer um novo POI caso deseje interromper o debatedor novamente. A única exceção a isso é se o debatedor não conseguiu captar o POI e pedir ao ofertante que repita ou reformule sua pergunta ou comentário. Nessa situação, o debatedor oferecendo o POI pode permanecer de pé e repetir sua pergunta ou comentário.

Pontos de Esclarecimento

Debatedores às vezes oferecem POIs com a frase "ponto de esclarecimento", geralmente direcionados ao discurso do Primeiro Ministro, para indicar que desejam fazer uma pergunta

sobre como o Primeiro Ministro está estruturando o debate, em vez de apresentar um argumento. Isso é permitido – mas pontos de esclarecimento funcionam de maneira idêntica a qualquer outro ponto de informação. Os debatedores não são obrigados a aceitar um POI apenas porque ele foi rotulado como um ponto de esclarecimento. Aceitar um ponto de esclarecimento conta como aceitar um POI – porque é um POI. Pontos de Esclarecimento não têm nenhum status especial nas regras; debatedores que oferecem um POI têm apenas uma exceção especial para usar o rótulo "ponto de esclarecimento" ao oferecer esses tipos de POI.

Um Ponto de Esclarecimento deve ser usado apenas para esclarecer diversos aspectos do modelo. Pontos de Esclarecimento não devem ser usados como uma forma de fazer POIs.

1.5 Antes do Debate

A Moção

Cada rodada tem um tema específico, conhecido como "moção". As moções são definidas por uma equipe de adjudicadores sêniores no torneio, conhecida como "Chefia de Adjudicação" (também chamada de "CA Team", "CAP" ou "AdjCore"). O CA Team anunciará a moção para cada rodada de debates, juntamente com o "draw" (mostrando todas as salas do torneio e as posições em que cada dupla competirá em cada sala) a todos os participantes 15 minutos antes do início dos debates. Se os debatedores tiverem dúvidas sobre o significado literal de uma palavra na moção, eles podem pedir a um membro do CA Team que a defina. Não podem pedir a ninguém além de um membro do CA Team para explicar quaisquer palavras da moção, nem podem consultar recursos online. Também não podem pedir assistência adicional ao CA Team além de uma definição simples da palavra com a qual não estão familiarizados.

Informação, Contexto ou Definições que Acompanham as Moções

Em algumas ocasiões, o CA Team pode divulgar um slide informativo, ou "infoslide", antes de anunciar a moção. Este geralmente consiste em um curto parágrafo explicativo que pode ter diversos propósitos, desde simples esclarecimentos sobre palavras na moção até a oferta de contexto e informações relevantes sobre questões potenciais no debate.

Para os propósitos do debate que segue, presume-se que as informações fornecidas no infoslide são verdadeiras. Por exemplo, se as informações adicionais vêm na forma de uma definição de uma palavra ou termo na moção, essa definição não deve ser contestada na rodada subsequente. No entanto, as duplas têm liberdade para fornecer definições adicionais, esclarecimentos ou informações contextuais durante o debate, além das informações já fornecidas no infoslide.

Tempo de Preparação

Após o anúncio da moção, as duplas têm 15 minutos para preparar seus discursos. Durante esses 15 minutos, os dois debatedores de uma dupla devem conversar apenas entre si durante a preparação. Receber assistência de qualquer outra pessoa durante o tempo de preparação, como treinadores, outros membros de suas instituições ou adjudicadores, é estritamente proibido – duplas vistas fazendo isso devem ser denunciadas e podem ser penalizadas com desqualificação do torneio. As duplas não devem, sob nenhuma circunstância, usar a Internet para pesquisar sobre a moção ou se comunicar com qualquer pessoa que não seja o CA Team, o Comitê Organizador ou seu parceiro. No entanto, elas podem usar seus dispositivos eletrônicos como cronômetros ou câmeras para fotografar o draw, a moção e o infoslide. Também podem consultar dicionários eletrônicos (offline). Não há exceções, a menos que as duplas tenham autorização prévia da equipe de Equidade, conforme autorizado pelo CA Team, devido a circunstâncias especiais (como necessidades de acessibilidade). Para evitar dúvidas, as duplas que têm permissão para usar laptops não podem utilizar arquivos ou comunicações online, como Google Docs.

Durante os 15 minutos de preparação, o primeiro governo (OG) pode se preparar no local onde ocorrerá o debate. Outras duplas, observadores e adjudicadores não devem entrar na sala até que o tempo de preparação termine.

Os adjudicadores devem chamar os debatedores para a sala de debate 15 minutos após o anúncio da moção. As duplas devem estar prontas para entrar na sala de debate assim que os 15 minutos se encerrarem. Duplas atrasadas correm o risco de serem substituídas por uma "swing team" (uma dupla ad hoc especial criada para substituí-las, que não é uma dupla participante plena no torneio), que será convocada se não estiverem prontas para entrar na sala de debate após os 15 minutos de preparação. Se a swing team convocada chegar à sala de debate e o debate começar antes que a dupla original chegue, a dupla original não poderá participar da rodada e receberá zero pontos para essa rodada.

Apresentação de Pronomes

Antes do início do debate, cada um dos participantes na sala será convidado a se apresentar e também terá a oportunidade de informar um pronome de gênero.

Não há obrigatoriedade de expressar um pronome específico. Os Presidentes de Mesa devem deixar isso claro ao facilitarem as apresentações (tanto de debatedores quanto de adjudicadores).

Por exemplo, o Presidente de Mesa pode dizer algo como:

"Antes de começarmos este debate, vamos nos apresentar. Neste momento, vocês podem

informar sua preferência de pronome de gênero, caso queiram. Se não quiserem informar um pronome, tudo bem, e, nesse caso, todos os demais devem utilizar linguagem neutra em relação ao gênero."

Portanto, se você não se sentir confortável em divulgar um pronome ou não tiver um pronome que deseja divulgar, basta informar seu nome (e posição de debatedor) como sua apresentação.

Se desejar informar um pronome de gênero, um exemplo para fazê-lo é:
"Olá, meu nome é ..... e meu pronome de gênero é .....".

À medida que o Presidente de Mesa apresenta cada debatedor, ele pode relembrar a sala sobre o pronome do debatedor (se aplicável). Por exemplo, o Presidente de Mesa pode dizer:
"Convido agora a extensão de governo X, pronome 'elu'."

Todos os participantes devem observar o pronome de cada debatedor e usá-lo para se referir a eles (se aplicável). Não se deve presumir o pronome de gênero de ninguém.

Caso utilize o pronome incorreto por engano, peça desculpas. Desconsiderar o pronome de uma pessoa pode ser tratado como uma violação de equidade.

Se um debatedor ou adjudicador não informar um pronome, todos os outros participantes na sala devem utilizar linguagem que não especifique gênero ao se referirem a essa pessoa (por exemplo, usando 'a pessoa debatedora', 'a posição de Primeiro Ministro' ou 'a função de adjudicador').

1.6 Iron

Se, durante qualquer uma das rodadas classificatórias, um membro de uma dupla adoecer e necessitar de tratamento médico, ou uma condição médica reconhecida o impedir de participar de uma rodada classificatória específica, o outro membro da dupla tem o direito de participar dessa rodada como uma dupla iron. Em uma dupla iron, um debatedor apresenta os dois discursos. O debatedor deve se preparar sozinho. Na adjudicação de uma dupla iron, o Painel de Adjudicação deve tratá-la como uma dupla comum e preencher a cédula de tabulação de acordo (indicando que a dupla foi uma dupla iron na cédula).

As regras relacionadas às duplas iron serão aplicadas a critério do CA Team e do Comitê de Equidade. Em caso de disputa entre os dois órgãos reguladores das duplas iron, o julgamento do Comitê de Equidade prevalecerá.

Do ponto de vista das outras duplas no debate e do painel de adjudicação, essa dupla com um único debatedor dando ambos os discursos funciona como uma dupla normal – ela pode receber qualquer classificação no debate, de primeiro a quarto lugar, e receberá duas notas de

debatedor, uma para cada discurso, enquanto as outras duplas no debate receberão as demais classificações normalmente. No tab (os resultados tabulados do torneio, mantidos rodada após rodada e usados para determinar o corte); no entanto, o debatedor ausente receberá zero speaker points, e o debatedor iron receberá uma única nota de debatedor, que será a mais alta entre os dois discursos que apresentou. A dupla iron pode manter os pontos de dupla que recebeu durante a rodada, e esses pontos de dupla serão usados para determinar o draw para as rodadas futuras.

1.7 Quebras de Ordem

Para que o debate prossiga adequadamente e todos os debatedores tenham uma oportunidade justa de apresentar seus discursos, todos os debatedores (e qualquer outra pessoa na sala de debate) devem abster-se de interromper o debate. Qualquer uma das seguintes atividades é considerada uma interrupção do debate:

- Barracking/badgering
- Continuar oferecendo um POI após ser interrompido pelo debatedor em discurso ou pelo Presidente de Mesa
- Oferecer POIs de qualquer forma que não seja a descrita na seção 1.4 quando não estiver dando um discurso ou um POI
- Falar além de 7 minutos com um período de tolerância de 15 segundos
- Falar em volume audível ou gerar ruído que distraia durante o discurso de outro debatedor
- Engajar-se em outras ações altamente distrativas
- Usar adereços (qualquer objeto físico, diagrama, etc.)
- Receber qualquer comunicação externa durante um discurso (por exemplo, notas passadas ao debatedor pelo seu parceiro)

Essas ações não são apenas violações das regras e/ou da conduta apropriada no debate, conforme é comumente entendido, mas também são quebras de ordem. Diferente de outras violações das regras (que simplesmente prejudicam a chance de uma dupla conseguir um bom resultado no debate), as quebras de ordem devem ser controladas pelo Presidente de Mesa do debate, que deve chamar à ordem.

Chamada de Ordem

Quando o Presidente de Mesa de um debate pronuncia "ordem", isso representa uma exigência para que todos os debatedores interrompam imediatamente qualquer uma das quebras de ordem listadas acima. Isso não deve acontecer com frequência. Desde que os debatedores atendam ao chamado para a ordem, nenhuma ação adicional será tomada. O Presidente de Mesa nunca deve chamar à ordem por uma violação das regras que não seja uma quebra de ordem.

Parando o Tempo

Em circunstâncias excepcionais, o Presidente de Mesa tem o direito de dizer claramente "parem o cronômetro"; nesse caso, o debatedor atual deve interromper imediatamente o seu discurso, e o cronometrista do debate deve pausar o cronômetro usado para cronometrar os discursos. Essa medida deve ser usada apenas em resposta a obstáculos graves para a continuidade do debate que precisam ser resolvidos com urgência e não podem esperar o debatedor atual terminar seu discurso – por exemplo, se um dos debatedores ou adjudicadores desmaiar ou sofrer uma emergência médica; ou uma interrupção grave e persistente no debate, como um membro da audiência constantemente interrompendo, uma falha técnica no equipamento de som que possa estar sendo usado no debate, e assim por diante.

Em qualquer uma dessas situações, o objetivo principal de parar o cronômetro é proteger o bem-estar de todos os envolvidos no debate e permitir que o obstáculo à continuidade do debate seja resolvido o mais rápido possível (isso pode envolver abandonar o uso de qualquer equipamento de som ou gravação, providenciar atendimento médico para um debatedor indisposto, retirar um membro indisciplinado da audiência da sala, e assim por diante). Isso raramente será necessário em resposta a uma quebra de ordem e é mais comumente exigido devido a uma interrupção externa ao debate. Uma vez resolvida a situação, o Presidente de Mesa deve verificar se o debatedor está pronto para retomar o discurso, pedir que o cronômetro seja reiniciado e permitir que o debatedor continue seu discurso a partir do ponto em que o cronômetro foi parado.

2. DEBATENDO E ADJUDICANDO NO WUDC

2.1 Vencendo um Debate

As duplas em um debate têm como objetivo vencer o debate. Para ambos, debatedores e adjudicadores, a declaração central sobre como as duplas vencem debates é a seguinte:

As duplas vencem debates sendo persuasivas em relação aos ônus que seu lado do debate está tentando provar, dentro das limitações estabelecidas pelas regras do Debate BP.

Há dois comentários importantes a serem feitos sobre essa declaração central:

a) Um debatedor pode discursar e ser persuasivo sobre qualquer coisa, mas isso não ajudará a vencer o debate a menos que seja relevante para os ônus que as duplas estão buscando provar.

b) As regras do debate restringem as maneiras legítimas de ser persuasivo. Por exemplo, na ausência de regras, o whip da oposição (OW) poderia frequentemente ser muito persuasivo ao introduzir argumentos totalmente novos, mas as regras proíbem isso. Dessa forma, elementos de um discurso só podem ajudar uma dupla a vencer uma rodada se forem tanto persuasivos quanto estiverem dentro das regras.

2.2 O Eleitor Inteligente e Bem Informado

Na maioria das áreas da vida, a persuasão é altamente subjetiva – o grau em que somos persuadidos por algo reflete nossas crenças pré-existentes, nossas preferências estéticas ou estilísticas e nossos interesses pessoais, entre outros fatores. Se o debate fosse julgado de maneira tão subjetiva, isso poderia ser problemático – os resultados dependeriam tanto da identidade dos adjudicadores quanto do desempenho das duplas, tornando muito mais difícil vencer um lado do debate se os adjudicadores estivessem predispostos a discordar dele.

Portanto, tanto quanto humanamente possível, os adjudicadores avaliam a persuasão dos discursos de acordo com um conjunto de critérios de adjudicação compartilhados, em vez de basearem-se em suas próprias opiniões sobre o tema. Em particular, pede-se que os adjudicadores assumam a perspectiva de um "eleitor bem informado e razoável."

Fatos, Conhecimento e Linguagem Especializada

O eleitor bem informado possui o tipo de conhecimento que se espera de alguém que lê regularmente, mas não memoriza, as páginas principais e a seção de notícias internacionais de um jornal de grande circulação internacional (como o New York Times ou o Economist) no ano que antecede o WUDC. Esse eleitor não lê periódicos técnicos, literatura especializada ou materiais similares. Em resumo, é uma pessoa inteligente que tem um conhecimento

abrangente, mas não profundo. Imagine um estudante universitário brilhante e razoavelmente bem informado que está estudando uma área totalmente alheia a qualquer tópico que o ajudaria a entender o debate em questão.

Os debatedores podem certamente fazer referência a exemplos, fatos e detalhes que o eleitor não conheça, mas devem explicar esses exemplos, fatos e detalhes em vez de apenas citá-los. Embora possa não ter muito conhecimento específico por certos padrões, o eleitor bem informado é genuinamente inteligente e entende conceitos, fatos ou argumentos complexos uma vez que são explicados. Quando tais exemplos não são explicados, e o debatedor apenas menciona um país, os adjudicadores devem desconsiderar o material que entendem, mas que o eleitor bem informado e inteligente não compreenderia. Os adjudicadores devem aplicar essa regra com confiança: é injusto com outras duplas na sala não fazer isso.

Importante notar que o eleitor bem informado e inteligente não vem de lugar algum em específico, diferente do local de origem de um adjudicador particular. Assim, não existem "exemplos domésticos" que requeiram menos explicação para o eleitor bem informado, mesmo quando todos na sala sejam do mesmo país. Independentemente de onde você seja, assuma que os adjudicadores são de outro lugar.

Seguindo essa lógica, o eleitor bem informado e inteligente não conhece termos técnicos que exigiriam uma formação universitária específica para serem compreendidos. Supõe-se que ele possua um vocabulário generalista típico de uma educação universitária de algum tipo, mas não necessariamente da sua área específica. Ele também não tem familiaridade com o jargão econômico ou jurídico parcial que, como debatedores, conhecemos bem. Dizer "curva de Laffer" para a maioria das pessoas é o mesmo que fazer ruídos que parecem inteligentes. Da mesma forma, o uso de termos como "eficiência econômica" será compreendido apenas na forma que uma pessoa leiga entenderia, sem especificidade técnica. Os adjudicadores devem julgar de acordo, e os debatedores que desejam usar a especificidade extra que certos termos técnicos trazem devem dedicar tempo para explicar as conotações dos termos que pretendem utilizar.

Disposições

Esse eleitor hipotético não possui opiniões pré-formadas sobre o tema do debate e não é convencido por sofismas, mentiras ou falácias lógicas. Ele é de mente aberta e está focado em decidir como votar – portanto, está disposto a ser convencido pelos debatedores que apresentarem o caso mais convincente a favor ou contra determinada política. Ele não julga debates com base em suas crenças pessoais ou convicções políticas, nem entra em um debate achando que um dos lados é indefensável.

Conforme descrito na seção acima, esse eleitor está bem informado sobre questões políticas e sociais, mas não tem conhecimento especializado. Ele é suficientemente inteligente para

entender e avaliar argumentos contrastantes (incluindo argumentos sofisticados) apresentados a ele; contudo, limita-se ao material apresentado, a menos que ele contradiga claramente o conhecimento comum ou seja manifestamente implausível.

Julgando como o Eleitor Bem Informado e Inteligente

Como talvez já se perceba pelos parágrafos acima, o eleitor bem informado e inteligente é bastante diferente da maioria das pessoas no mundo real, ou talvez de qualquer pessoa real. Mas o conceito de "eleitor bem informado e inteligente" é uma forma útil de revelar um conjunto de características importantes às quais os adjudicadores devem aspirar para garantir que todas as duplas recebam uma avaliação justa em qualquer debate. Assim, o termo "eleitor bem informado e inteligente" descreve a expectativa de que os adjudicadores devem:

- ter conhecimento de fatos básicos sobre o mundo (por exemplo, considerar "a Síria está no Oriente Médio" como um fato básico);
- estar familiarizados com questões e eventos que ganharam manchetes internacionais por um período significativo (por exemplo, adjudicadores devem ter conhecimento sobre crises de envelhecimento da população em países desenvolvidos. Eles devem saber que diferentes países adotaram modelos diferentes de resposta. Por exemplo, alguns países aumentam a imigração, enquanto outros elevam a idade de aposentadoria ou implementam políticas pró-natalistas. Eles não precisam necessariamente conhecer os detalhes específicos de cada modelo de resposta, a menos que a resposta de um país tenha sido amplamente noticiada. Por exemplo, adjudicadores devem saber que a China aboliu sua política de filho único);
- evitar utilizar conhecimento pessoal sobre o tema, a menos que seja razoável supor que alguém que cumpra os dois critérios anteriores também o possuiria;
- dar pouco crédito a apelos meramente emocionais ou de autoridade, exceto quando estes exercem influência racional sobre um argumento;
- evitar presumir um contexto geográfico, cultural, nacional, étnico ou outro ao avaliar argumentos;
- evitar preferir argumentos ou estilos de discurso que correspondam a preferências pessoais;
- avaliar os méritos de uma política, solução ou problema proposto de forma separada de qualquer perspectiva pessoal sobre o tema.

Isso não significa que os debatedores não possam fazer afirmações complexas sobre questões complicadas baseadas em seu próprio conhecimento especializado, ou que os adjudicadores não possam ser convencidos por essas afirmações. Embora se presuma que os adjudicadores tenham conhecimento comum sobre vários temas, eles também devem ser plenamente capazes de seguir e analisar logicamente um debate e compreender conceitos complexos quando explicados. Se as duplas desejam trazer seu conhecimento especializado ao debate, precisam explicá-lo de maneira livre de jargão e compreensível para o eleitor bem informado e inteligente.

Pensar como o eleitor bem informado e inteligente não nos exime da responsabilidade de realmente julgar o debate – avaliar a lógica dos argumentos, determinar até que ponto as duplas os venceram e garantir que fizeram isso dentro das regras. Não devemos dizer "embora aquilo tenha sido claramente uma retórica irracional, o eleitor bem informado teria caído nessa". Isso não só leva a conclusões irracionais, como também tende a superestimar o quanto nos consideramos mais espertos que um eleitor bem informado e inteligente.

Enfatizamos que uma razão essencial para os adjudicadores se imaginarem como o eleitor bem informado é evitar confiar em seus gostos e crenças subjetivos. Muitos de nós debatem com frequência e desenvolvem preferências estéticas sobre o estilo de fala, além de piadas internas e referências que achamos extremamente engraçadas. Isso é natural, mas pode desviar do foco do debate. Como eleitores, é menos provável que consideremos uma política válida apenas por ter sido defendida de forma "sofisticada" ou "engraçada".

Os adjudicadores devem lembrar que seu objetivo não é avaliar quem foi o mais inteligente, articulado ou engraçado, mas sim quem usou melhor sua inteligência, clareza e humor para nos convencer de que a política era uma boa ou uma má ideia.

2.3 Persuasividade

Os adjudicadores julgam debates avaliando, sem preconceitos, qual dupla no debate foi mais persuasiva. A persuasão de um argumento, no debate BP, está enraizada nas razões plausíveis apresentadas para demonstrar que ele é verdadeiro e importante (o que chamamos de "análise" ou "conteúdo") e na clareza e no poder retórico com que essas razões são explicadas (o que chamamos de "estilo" ou "forma").

É fundamental entender que, no debate BP, análise e estilo não são critérios independentes pelos quais um argumento é avaliado. Em particular, o debate BP não considera possível que um argumento seja persuasivo apenas porque foi apresentado de forma estilosa. Não há nada de persuasivo em pronunciar uma frase com clareza e força se essa frase não constitui de fato uma razão para um argumento. Da mesma forma, razões para um argumento que não podem ser compreendidas por um adjudicador não podem convencê-lo. Um bom estilo consiste em transmitir a análise de argumentos de maneira eficaz para os adjudicadores. Portanto, estilo e análise não geram persuasão de forma independente, mas sim descrevem os elementos coletivos necessários para tornar um argumento persuasivo. O fato de discutirmos esses elementos separadamente nas seções abaixo não deve reduzir essa compreensão.

Análise

A análise de um argumento consiste nas razões apresentadas para sustentá-lo. As razões podem apoiar argumentos de várias maneiras diferentes, nenhuma delas sendo, por si só, "melhor" ou "mais importante". As razões podem explicar por que os argumentos são verdadeiros ao:

- apresentar evidências empíricas a favor de um argumento;
- estabelecer vínculos mecânicos que justificam determinado desfecho;
- identificar intuições morais amplamente compartilhadas em favor de um argumento;
- expor uma implicação lógica prejudicial de um argumento oposto;
- identificar uma resposta emocional que nos incentive a nos importar com determinado resultado;

...ou ao fazer outras coisas que incentivem o eleitor bem informado e inteligente a acreditar que um argumento é verdadeiro e importante para o debate.

As razões em si podem ser mais fortes ou mais fracas de acordo com alguns critérios importantes, incluindo:

- a precisão do que o debatedor diz; e
- o nível de detalhe com que reivindicações lógicas relevantes, evidências empíricas, processos causais, intuições morais, implicações lógicas ou outros elementos são explicados.

Além dessas formas de identificar razões dentro de um discurso que sustentam os argumentos do debatedor, os adjudicadores aplicam padrões mínimos para avaliar o grau de apoio que uma razão oferece, se a razão em si é plausível e, portanto, se torna persuasiva. Alegações seriamente implausíveis (que qualquer eleitor bem informado não acreditaria em sua lógica e/ou premissas) oferecem pouco ou nenhum apoio a um argumento.

Certos aspectos não importam (em si mesmos) ao avaliar a qualidade da análise de um debatedor:

- a quantidade de argumentos apresentados;
- quão inteligente ou inovador foi o argumento;
- quão interessante foi o argumento;
- argumentos que você conhece, mas que não foram apresentados.

O que importa, uma vez que um argumento é feito, é o quão importante sua conclusão parece ser no debate em relação aos ônus que cada lado está tentando provar e até que ponto ele parece ser analisado e respondido (e o quanto ele resistiu ou foi defendido contra essas respostas). Os adjudicadores não consideram o quão importante acham que um argumento é, de forma abstrata, mas sim o quão central ele foi para a contribuição geral de qualquer dupla ou duplas neste debate específico e a força das razões que os debatedores ofereceram para sustentar a afirmação de que ele era importante ou não.

Estilo

Argumentos podem ser impressionantes em estilo de várias maneiras – mas é fundamental entender que "bom estilo" não deve ser equiparado a "o tipo de estilo admirado em meu circuito/cultura de debate". Debatedores não têm "estilo ruim" porque não falam com os

maneirismos, expressões ou frases comuns do país de origem de seus adjudicadores. Crucialmente, adjudicadores não devem desconsiderar argumentos devido ao estilo ou sotaque com que foram apresentados, e fazer isso seria uma violação de equidade.

Acima de tudo, um "sotaque forte" não é estilo ruim. Todas as pessoas no mundo têm seu sotaque característico e o têm de maneira acentuada. Quando as pessoas falam de sotaques leves ou fortes, referem-se a quão forte ou leve o sotaque é em comparação com aqueles com os quais estão familiarizadas. Essa medida subjetiva não é uma base válida para avaliar certos estilos como superiores. Há apenas uma circunstância legítima em que o sotaque pode ser um problema para um debatedor no WUDC: se os adjudicadores realmente não conseguem entender o que o debatedor está dizendo, apesar dos melhores esforços para isso. Esse problema é similar ao de falar rápido demais para ser compreendido – os adjudicadores precisam entender as palavras de um debatedor para avaliá-las. Esse é um problema que, em princípio, pode afetar qualquer sotaque e não se limita a sotaques "ESL" ou "EFL". O WUDC é um torneio internacional, e os debatedores podem ser julgados por pessoas de qualquer nação. Assim, cabe a todos os debatedores se fazerem compreensíveis para todos os adjudicadores e aos adjudicadores fazerem o máximo para entender as palavras e o significado do debatedor. O torneio busca ser o mais inclusivo possível para falantes de todas as línguas, mas o WUDC é inevitavelmente uma competição baseada no idioma inglês. Se, apesar dos melhores esforços, os adjudicadores não conseguirem entender um argumento, eles não poderão considerá-lo persuasivo.

Portanto, um princípio fundamental orienta o julgamento de estilo no WUDC: há grande variação global no que torna um estilo esteticamente agradável, e julgamentos subjetivos sobre "bom estilo" não devem ter peso ao avaliar o debate BP em um torneio internacional. Mas isso não significa que o estilo seja irrelevante. O WUDC estabelece um número mínimo de princípios para guiar um estilo eficaz, princípios que consideramos de aplicabilidade fundamental e internacional. Como já mencionado, um bom estilo consiste em transmitir razões de forma eficaz.

As razões são, portanto, mais persuasivas quanto mais:

- **Compreensíveis:** as alegações do debatedor devem ser compreensíveis para que os adjudicadores as possam avaliar. Jargão técnico sem explicação, falar rápido demais, volume baixo, palavras arrastadas ou frases fragmentadas podem tornar um argumento incompreensível e, portanto, não persuasivo. Para ser claro: os adjudicadores devem se esforçar para entender o debatedor da melhor forma possível e não devem desconsiderar automaticamente discursos como incompreensíveis.

- **Claras e precisas:** vagueza, ambiguidade e expressões confusas dificultam a compreensão, pelos adjudicadores, das razões que o debatedor está oferecendo e de como elas sustentam o argumento. Quanto mais clara e precisa for a comunicação do raciocínio, mais persuasiva ela será.

- **Eficazes em transmitir a importância emocional, moral, prática ou outra da alegação:** a pergunta essencial que o adjudicador deve se fazer é: "Essa escolha estilística acrescenta informação adicional?". Se sim, a retórica amplificou o efeito da análise lógica e deve ser creditada como persuasiva. Se não, então a retórica não foi eficaz e não deve ser considerada como um fator de persuasão.

Adicionalmente, caracterizações, ilustrações e enquadramentos que enfatizam a lógica apresentada podem contribuir para a persuasão do argumento. Escolhas de palavras, fraseado, complexidade de linguagem, entonação e outras escolhas estilísticas não são creditadas isoladamente. Elas são consideradas apenas quando acrescentam de forma significativa aos argumentos (por exemplo, substituir "diferença" por "delta" não altera o conteúdo do discurso de maneira significativa).

É tentador, mas incorreto, pensar que argumentos no debate podem ser avaliados por pura lógica fria e sem emoção, desvinculada da linguagem ou do tom. Fazer e avaliar argumentos é impossível sem atribuir algum grau de importância aos desfechos, princípios ou alegações, e o uso adequado de linguagem e tom pode comunicar essa importância.

É crucial notar que a retórica não substitui a análise lógica – mas pode amplificar o efeito dessa análise. A retórica persuasiva não precisa ser complexa, desde que comunique a importância do ponto.

Para reiterar: argumentos não podem ser persuasivos apenas por serem estilosos. Em vez disso, estilo e análise devem trabalhar juntos para tornar um argumento persuasivo.

2.4 Contradições

As duplas (seja do Governo ou da Oposição) não devem se contradizer nem contradizer seus parceiros de bancada. Além de ser pouco persuasiva, a inconsistência é injusta com as duplas oponentes. Não é razoável esperar que um debatedor responda a duas linhas de argumentação contraditórias, especialmente se forem apresentadas em momentos diferentes durante o debate.

O Que é uma Contradição?

Uma contradição é: declarar explicitamente e adotar uma posição oposta àquela já defendida pelo seu lado; apresentar claims que sejam mutuamente exclusivas em relação às feitas pela sua dupla de primeira metade, pela sua dupla ou em um momento anterior do seu próprio discurso.

Uma contradição não é: uma afirmação claramente pré-argumentativa ou dita por engano (ou seja, algo que pode ser considerado pré-argumentativo, sem palavras suficientes ao redor para servir como uma razão para apoiar ou não apoiar a moção, mas que aparenta contradizer

um argumento que o debatedor, sua dupla de primeira metade ou de segunda metade venha a fazer posteriormente). Isso visa evitar que as duplas sejam punidas indevidamente por um debatedor cometer um deslize ou dizer algo sem relevância significativa.

Contradições no Mesmo Discurso ou na Mesma Dupla

As duplas não podem receber crédito por duas claims mutuamente exclusivas. Elas podem ser creditadas apenas pela primeira claim que apresentaram. Claims subsequentes que contradizem ou que não podem coexistir com a primeira claim não devem ser consideradas pelos adjudicadores e pelas duplas oponentes. Isso ocorre porque equipes internamente inconsistentes não podem simultaneamente obter crédito por duas áreas de argumentação mutuamente exclusivas.

Além de desconsiderar claims contraditórias, os adjudicadores podem também avaliar o quanto a contradição enfraqueceu a força dos argumentos da dupla ao considerar a contribuição dessa dupla para o debate. Se um debatedor ou a dupla se contradiz diretamente mais adiante em seus discursos, isso compromete seus próprios pontos e deve ser levado em conta durante a deliberação ao determinar o quão plausível é a argumentação, como se uma dupla oponente tivesse oferecido esses argumentos em refutação. Embora a claim posterior deva ser desconsiderada, os adjudicadores devem avaliar como a contradição afetou a persuasão da primeira claim.

No entanto, os adjudicadores não devem dar crédito às duplas oponentes, a menos que apontem a contradição.

Se um debatedor claramente comete um deslize no início de seu discurso e corrige-o em seguida, ele não deve ter o restante de seu discurso desconsiderado apenas porque contradiz o que foi dito inicialmente. Com exceção de um claro deslize por parte do debatedor, a argumentação feita primeiro deve ser considerada a posição da dupla, e argumentos posteriores que contradigam o primeiro devem ser desconsiderados.

Contradições entre Duplas na Mesma Bancada

É importante notar que contradições ou refutações às claims de uma dupla de primeira metade feitas pela própria dupla de segunda metade não devem ser consideradas ao avaliar a força dos argumentos da primeira metade ou seu nível de persuasão.

Argumentos feitos pela dupla de segunda metade que contradizem diretamente os argumentos de sua dupla de primeira metade devem ser ignorados pelo adjudicador (ou seja, o tempo gasto pelo debatedor da segunda metade contradizendo sua dupla de primeira metade é equivalente a não dizer absolutamente nada).

Isso visa garantir que todas as duplas no debate sejam tratadas de maneira justa, já que as

duplas de segunda metade têm a obrigação, conforme as regras, de manter a consistência com suas duplas de primeira metade. Essa prática também assegura que os debates sejam coerentes e que as duplas não sejam forçadas a defender claims opostas ou responder a casos contraditórios.

Fazer um argumento do tipo "even if" (como em "mesmo que a primeira oposição estivesse errada sobre isso, vamos mostrar que esta moção ainda deve ser derrotada") não constitui uma contradição intencional. No entanto, como em qualquer outra extensão, uma extensão do tipo "even if" não fornecerá uma base sólida para uma vitória da dupla de segunda metade, a menos que melhore a posição persuasiva da bancada.

Como as Duplas Devem Lidar com Contradições do Outro Lado

É uma boa prática que as duplas apontem contradições (caso existam) no caso do outro lado, incluindo entre as duas duplas da bancada adversária. Sempre que houver uma contradição, as duplas devem considerar que a primeira claim apresentada é a versão com a qual devem interagir.

Por exemplo: o primeiro governo (OG) oferece duas claims mutuamente exclusivas – claims A e B. A claim B (a segunda) não deve ser creditada pelos adjudicadores ao avaliar a contribuição do OG; no entanto, a claim B ainda pode enfraquecer a persuasão da claim A. Ao interagir com o OG, as outras duplas devem considerar a claim A como a linha de argumentação que o OG persegue – ou seja, a Oposição deve respondê-la, e a segunda metade do governo (CG) deve manter consistência com ela (ver seção 2.9 para questões relacionadas a desafios de definição).

2.5 Refutação, Engajamento e Comparativas

O resultado do debate deve depender do que as duplas dizem. Os adjudicadores não devem intervir no debate. Não invente argumentos para as duplas, não complete argumentos e não refute argumentos. O engajamento de duplas da segunda metade não deve beneficiar sua primeira metade (por exemplo, uma refutação da segunda metade não deve influenciar a comparação direta entre o primeiro governo e a primeira oposição).

Não descartamos automaticamente argumentos apenas porque discordamos deles ou porque percebemos fraquezas. Argumentos são persuasivos e impactantes quando feitos e fundamentados; eles se tornam menos persuasivos se forem contraditos internamente ou respondidos por outras duplas.

Isso implica que, se o primeiro governo (OG) faz argumentos cuja conclusão é "devemos implementar a política" e todas as outras duplas ignoram esses argumentos, o OG não perde apenas porque "o debate avançou para outros pontos". Na verdade, seus argumentos não refutados ainda devem ser tratados como impactantes e pesados dessa forma. Isso NÃO

significa que os argumentos não respondidos têm um efeito automático na posição do OG. Os adjudicadores ainda precisam considerar a importância de um argumento antes de decidir como ele afeta a classificação das duplas no debate.

Se um argumento é claramente absurdo (de modo que um eleitor bem informado e inteligente não acreditaria na lógica ou nas premissas apresentadas) ou é de importância marginal para o discurso do debatedor que o fez, é razoável que uma dupla oponente decida focar seu tempo em outro ponto, especialmente quando há outros elementos mais fortes na rodada. Além disso, os adjudicadores podem avaliar o quão bem fundamentado está o argumento — um argumento que é apenas uma afirmação ("como todos concordamos, a linguagem constrói a realidade") sem fundamentação subsequente, não deve receber muito crédito. Não há um dever absoluto para o debatedor "responder a todos os argumentos" do outro lado. No entanto, pode ser vantajoso para outras duplas apontar e responder a argumentos pouco elaborados. Se claims importantes forem deixadas sem refutação, isso deve ser considerado como uma concessão por parte da dupla que não respondeu.

A refutação consiste em qualquer material oferecido por um debatedor para demonstrar por que os argumentos de duplas do lado oposto estão errados, são irrelevantes, comparativamente pouco importantes, insuficientes, inadequados ou de outra forma inferiores às contribuições da sua própria bancada. A refutação não precisa ser explicitamente rotulada como "refutação" (embora seja sensato que debatedores o façam), podendo ocorrer no início, meio, fim ou em qualquer momento do discurso. Material rotulado como refutação pode ser construtivo, e material rotulado como construtivo pode também funcionar como refutação. Refutação, portanto, não denota um tipo especial de argumento ou análise — refere-se simplesmente a qualquer material que engaje diretamente com os argumentos levantados pelo lado oposto.
Quando as duplas têm a chance de se refutar mutuamente, avaliar as contribuições relativas dessa forma é fácil. Os adjudicadores devem acompanhar o argumento e avaliar, dadas as respostas mútuas, qual dupla teve uma contribuição mais significativa ao avançar sua causa para logicamente nos persuadir de que devemos implementar ou não a política.

No entanto, quando as duplas não têm a oportunidade de se refutar, determinar quem foi mais persuasivo é mais complicado. Isso ocorre com frequência, por exemplo:

- entre duplas em diagonais;
- quando o whip de oposição (OW) explica algo de uma nova maneira;
- quando as duplas de primeira metade são impedidas de fazer POIs.

Nessas circunstâncias, os adjudicadores são obrigados a realizar uma avaliação independente dos argumentos apresentados. Eles devem avaliar não apenas quais argumentos são mais importantes, mas também quais são mais claramente provados. Argumentos que exigem saltos lógicos numerosos por parte do adjudicador são melhores do que a ausência de argumentos, mas não são preferíveis a um argumento bem fundamentado que repousa em menos suposições não substanciadas.

A avaliação dos argumentos também envolve uma comparação com o material existente no debate. Por exemplo, ao comparar duas duplas em diagonal (como OG e segunda oposição), os adjudicadores devem primeiro perguntar se algo no caso da dupla que falou antes responde de forma inerente. A dupla de primeira metade antecipou algum material em sua construção de caso ou seus argumentos substantivos? A dupla avaliada respondeu às partes mais fortes do caso da primeira metade ou apenas às partes mais fracas? Verifique se eles permitiram que a dupla em diagonal fizesse POIs, dando-lhes a oportunidade de se engajar. Deliberadamente bloquear o engajamento de uma dupla cujo material é relevante é, muitas vezes, evidente e muito pouco persuasivo.

Essencialmente, nessas instâncias, os adjudicadores não devem criar novos argumentos para as duplas da primeira metade; eles devem apenas interpretar e aplicar contribuições existentes. As duplas da segunda metade não são obrigadas a justificar explicitamente por que seus argumentos devem ser mais valorizados do que os da primeira metade para vencer sobre ela. Embora o "ônus de bancada" possa aumentar o valor persuasivo dos argumentos de uma dupla, a ausência desse "ônus" por si só não é razão suficiente para uma dupla perder. Se uma dupla fornecer um "ônus de bancada", o painel de adjudicação deve avaliá-lo com o mesmo rigor que qualquer outro argumento no debate, em vez de aceitá-lo sem questionamento. Caso a dupla da segunda metade não forneça uma justificativa explícita, não devem ser penalizados. Dos adjudicadores ainda se espera que pesem os argumentos de forma independente ao decidir qual dupla de primeira ou segunda metade vence. Para mais detalhes sobre sopesamento, consulte a seção 2.5 sobre sopesamento de estruturas concorrentes.

2.6 Ônus

Conforme mencionado anteriormente, não há valor em ser persuasivo sobre um argumento que é irrelevante para o debate. Ao avaliar quais contribuições são relevantes, é útil considerar os "ônus" que uma dupla precisa cumprir no debate.

Ônus sobre as duplas não podem ser criados simplesmente pela claim de outra dupla de que eles existem, e os adjudicadores não devem aceitar essas claims sem que estejam apoiadas por análise. Duplas e adjudicadores não devem impor ônus não requeridos sobre seus oponentes. Além disso, mesmo que uma dupla falhe em cumprir um ônus, isso não significa que eles automaticamente percam o debate. Os adjudicadores devem considerar a análise construída pelas duplas, mesmo que essa análise não necessariamente cumpra os ônus do debate.

No entanto, existem duas maneiras principais pelas quais um ônus pode ser legitimamente atribuído a uma dupla (e debatedores podem legitimamente apontar tais ônus e explicar por que eles ou outras duplas precisam cumpri-los).

Primeiro, um ônus pode ser implicado pela própria moção. Se, por exemplo, a moção é "Esta Casa priorizaria a vacinação de cidadãos obedientes às leis em caso de epidemias graves", as duplas de governo precisam demonstrar que, em epidemias graves, a vacinação de cidadãos

obedientes às leis deve ser priorizada. As duplas de governo não precisam demonstrar que a vacinação de cidadãos obedientes às leis deve ser priorizada em geral (fora de epidemias graves) ou que apenas cidadãos obedientes às leis devem ser vacinados (eles apenas devem ser priorizados). A forma como o primeiro governo define a moção pode afetar esses ônus. As duplas de oposição precisam demonstrar que o governo está errado: que a política de priorizar cidadãos obedientes às leis para vacinação em epidemias graves deve ser rejeitada. Eles não precisam necessariamente mostrar que cidadãos obedientes às leis não devem ser priorizados em nenhuma condição (embora o fato de priorizarmos cidadãos obedientes às leis em outros casos possa ser usado como evidência de um princípio que apoia a priorização nesse caso).

Segundo, ônus também podem ser definidos pela análise específica que as duplas escolhem desenvolver. Por exemplo, se a moção for "Esta Casa acredita que assassinato é uma ferramenta legítima de política externa", o Líder da Oposição (LO) pode inicialmente argumentar que o assassinato é uma grave violação do direito internacional. Para que isso seja relevante no debate, a primeira oposição (OO) tem o ônus de mostrar que a ilegalidade é importante para determinar a ilegitimidade. Esse ônus é especialmente forte se o Adjunto de Primeiro Ministro (DPM) então afirmar que aceita que o assassinato é ilegal, mas argumentar que a ilegalidade é uma base ruim para considerar um ato ilegítimo. A menos que as duplas de oposição agora forneçam razões superiores para acreditar que a ilegalidade de um ato no âmbito do direito internacional é uma razão para considerá-lo ilegítimo, não é relevante para os ônus que eles precisam provar simplesmente continuar apontando que o assassinato é ilegal ou detalhar mais como ele é ilegal. Ambos os lados agora concordam que o assassinato é ilegal, e continuar a concordar com isso não adianta nada. O que os lados agora discordam são as implicações que isso tem para a legitimidade do assassinato, e é isso que eles têm o ônus de provar.

Sopesando Métricas Concorrentes

Conforme evidenciado pelos exemplos acima, é comum que as duplas disputem as métricas pelas quais a rodada deve ser julgada e argumentem que os pontos devem ser julgados de acordo com certas métricas e padrões. Isso é permitido: as duplas podem debater quais métricas devem ser usadas para avaliar se uma política é boa, como parte de seu argumento de que ela é, de fato, boa.

Os adjudicadores devem deliberar esse debate sobre métricas — não devem simplesmente aplicar suas próprias métricas preferidas. Eles devem julgar com base nos seguintes pontos:

- Existe uma métrica ou princípio que todas as duplas explicitamente concordam que é verdadeiro e importante (por exemplo, todas as duplas concordam explicitamente que o objetivo é salvar o maior número de vidas, e o debate é sobre a melhor forma de fazer isso)?
- Se não, existe uma métrica ou princípio que todas as duplas implicitamente concordam que é verdadeiro e importante (por exemplo, embora nenhuma dupla articule explicitamente que o objetivo é salvar o maior número de vidas, todas as análises

apresentadas pelas duplas apontam nessa direção)?

- Se não, existe uma métrica ou princípio que uma das duplas na rodada tenha conseguido provar como verdadeiro e importante (ou seja, se nenhuma dupla concorda com uma métrica e todas estão afirmando métricas diferentes, qual dupla apresentou as melhores razões para acreditar que sua métrica é a mais importante na rodada)?

- Onde nenhuma dessas opções se aplica, julgue com base no que o eleitor bem informado consideraria importante. Isso deve ser uma medida de último recurso, já que é muito raro que nenhum dos cenários mencionados se aplique.

Um erro comum é presumir uma métrica utilitarista ("o que leva às melhores consequências"). Isso não deve ser assumido sem que uma dupla apresente argumentos que sustentem tal abordagem. Também é incorreto desconsiderar argumentações baseadas em princípios que explicam que certos efeitos são mais importantes do que outros por razões que não estão conectadas com a maximização da utilidade. Portanto, os adjudicadores devem ouvir as argumentações das duplas sobre quais devem ser nossos objetivos e princípios e avaliar as claims de danos ou benefícios nesse contexto. Isso pode tornar as claims sobre como devemos determinar a política correta particularmente cruciais, podendo até reformular os ônus das duplas no debate.

Por exemplo, se na moção “Esta Casa invadiria a Coreia do Norte” as duplas de oposição provarem com sucesso que “a guerra é sempre errada, independentemente dos benefícios práticos” (elas devem fazer mais do que simplesmente afirmar isso), as duplas de governo provavelmente agora precisarão oferecer razões para acreditar que um cálculo prático é relevante se desejam avançar com argumentos puramente práticos em favor da invasão.

Os adjudicadores devem, em geral, ter cuidado ao considerar um argumento completamente irrelevante devido a uma métrica baseada em princípios defendida pelos oponentes. É muito improvável que qualquer dupla consiga provar que sua visão das métricas apropriadas seja completamente e inquestionavelmente verdadeira, ao ponto de que argumentos que não se encaixem nessas métricas devam ser completamente descartados. Portanto, muitas vezes é mais adequado tratar argumentos como menos persuasivos quando eles se baseiam em métricas que outra dupla sugeriu serem irrelevantes, em vez de descartá-los completamente.

2.7 Tipos de Moções

As moções podem aparecer em algumas formas diferentes, frequentemente sugeridas pelas palavras usadas para introduzir a moção ("Esta Casa ...", "Esta Casa acredita que...", "Esta Casa apoia..."), e isso pode influenciar os ônus enfrentados pelas duplas. Os CA Teams não utilizam essas aberturas de maneira tão consistente que possamos estabelecer regras rígidas sobre o que elas indicam, mas aqui estão algumas diretrizes gerais:

Moções de Políticas

Esta Casa verbo ('EC(v)')

Moções no formato "Esta Casa [verbo + X]" envolvem as duplas do Governo argumentando que a política X deveria ser implementada. Uma política refere-se a um curso de ação concreto que as duplas do Governo desejam convencer os adjudicadores de que deve ser adotado. Tais moções tratam sobre se a Casa deve ou não realizar X, com o Governo defendendo que sim e a Oposição defendendo que não.

Esses debates são puramente normativos. Eles não exigem que as duplas discutam se a política X é ou não provável de ser implementada no mundo real, ou se a política X já é ou não o status quo.

Para os fins do debate, assume-se que as duplas do Governo representam o governo e os políticos que o compõem, e o debate é sobre se eles devem ou não realizar uma política, e não se seus equivalentes no mundo real realmente farão isso. Deve-se assumir que a política será implementada da maneira que as duplas do Governo estabeleceram (também conhecido como "fiat" do Governo). Portanto, não é válido para a Oposição argumentar contra tais moções afirmando que "o governo nunca isso" ou, mais sutilmente, "os políticos nunca aprovariam essa lei".

Por exemplo, na moção "EC proibiria cigarros", o debate deve assumir que a dupla do Governo tem o poder de implementar tal política e que essa política passaria pela aprovação do Congresso ou Parlamento. No entanto, a dupla do Governo não pode controlar as reações a essa política e não pode presumir que todos irão se comportar de forma conforme após sua aprovação. A questão do debate é se a política deveria ser implementada na forma proposta pela dupla do Governo, e não apenas se os cigarros são bons ou ruins. É perfeitamente possível que a dupla da Oposição concorde que os cigarros são ruins, mas ainda assim se oponha à política de proibição completa dos cigarros.

Para moções de política, as duplas de Oposição podem optar por defender o status quo, propor uma contraproposta ou sugerir uma alternativa (ver seção 2.10). Não é obrigatório que as duplas de Oposição apresentem uma contraproposta, embora isso possa ser benéfico em algumas circunstâncias.

Ao apresentar uma contraproposta, as duplas de Oposição recebem o mesmo poder de "fiat" que as duplas de Governo: deve-se presumir que qualquer contraproposta da Oposição também será implementada, e seria igualmente inútil argumentar que a contraproposta da Oposição nunca seria aprovada por qualquer parlamento na vida real. No entanto, é crucial observar que a contraproposta da Oposição não deve demandar recursos significativamente maiores do que a política do Governo. Mais informações podem ser encontradas na seção sobre contrapropostas.

Esta Casa acredita que X deveria

Moções que começam com "ECAQ [X] deveria..." tratam de determinar se a afirmação é verdadeira sob a perspectiva de um observador neutro. Embora essas moções sejam formuladas como afirmações de verdadeiro ou falso, as duplas de Governo têm "fiat" e são incentivadas a implementar um modelo. Tome como exemplo a moção " que os EUA deveriam sancionar a Arábia Saudita." Embora seja possível que as duplas debatam os méritos e deméritos das sanções de forma abstrata, o debate ficaria muito mais claro se as duplas de Governo apresentarem um modelo descrevendo o que as sanções envolveriam, quais tipos de sanções seriam implementados, entre outros aspectos. Assim como em outros debates de política, as duplas de Oposição também podem propor uma contraproposta (veja a seção 2.10 sobre contrapropostas). Essas moções não devem ser confundidas com moções de agente ou moções de análise, discutidas nas seções abaixo.

Moções de Análise

('Esta Casa acredita que')

Moções que começam com "ECAQ [X]" são debates de juízo de valor. Elas exigem que as duplas de Governo argumentem a favor da veracidade da afirmação representada por X, enquanto as duplas de Oposição defendem que X é falso. Não há necessidade de as duplas de Governo implementarem um modelo.

Por exemplo, considere a moção "ECAQ que não há obrigação moral de seguir a lei". O debate é sobre a veracidade da afirmação, e não sobre se o governo deveria tomar alguma medida em relação a essa afirmação (como, por exemplo, abolir todas as leis, o que seria implausível). As duplas de Governo não precisam apresentar um modelo; entretanto, devem definir os termos dentro do debate. Neste caso, devem definir o que é uma obrigação moral.

Esta Casa apoia/se opõe

Moções que começam com "Esta Casa apoia/se opõe a [X]" não exigem que as duplas do Governo proponham um modelo. Em vez disso, as duplas do Governo precisam argumentar que apoiam simbolicamente, politicamente, materialmente ou de alguma outra forma a pessoa, grupo, instituição, causa, ideia, valor ou afirmação representada por X. As duplas da Oposição precisam argumentar que X não deve ser apoiado dessa forma.

Por exemplo, na moção "Esta Casa apoia o envolvimento dos EUA no Oriente Médio", as duplas do Governo devem defender que o envolvimento dos EUA é positivo em sua totalidade, sem selecionar aspectos específicos dessa moção para apoiar. Da mesma forma, as duplas da Oposição devem se opor a essa moção em sua totalidade, sem escolher apenas aspectos desfavoráveis para se opor. As duplas não podem apoiar apenas os aspectos favoráveis do envolvimento dos EUA, nem se opor apenas aos aspectos desfavoráveis.

Além disso, o Governo não pode modelar como o envolvimento dos EUA ocorrerá. Podem argumentar que o envolvimento dos EUA provavelmente acontecerá de determinada maneira, mas essa caracterização está aberta a questionamentos pelas outras duplas. Em outras palavras, as duplas do Governo não possuem poder de imposição (fiat) em debates do tipo "Esta Casa apoia/se opõe a [X]".

Esta Casa Prefere ('ECP')

Moções que começam com "Esta Casa prefere" funcionam da mesma forma que outros debates analíticos, com uma diferença importante: as duplas de Oposição devem defender a comparação específica fornecida pela moção. Elas devem:

- Em moções formuladas como "Esta Casa prefere X a Y": defender Y ou
- Em moções formuladas como "Esta Casa prefere X": defender o status quo.

Por exemplo, na moção "Esta Casa prefere o alistamento por sorteio como meio de recrutar pessoas para o exército em detrimento de recrutamento agressivo de voluntários", o Governo deve argumentar que o alistamento por sorteio é preferível ao recrutamento agressivo de voluntários, enquanto a Oposição deve argumentar que o recrutamento agressivo de voluntários é melhor do que o alistamento por sorteio.
Na moção "Esta Casa prefere o alistamento por sorteio como meio de recrutar pessoas para o exército", o Governo deve argumentar a favor do alistamento por sorteio, enquanto a Oposição deve argumentar a favor das políticas de recrutamento militar como elas existem no status quo. A Oposição não pode argumentar a favor de abolir o exército ou reduzir o recrutamento militar (lembrando que a Oposição está obrigada a defender a comparativa específica da moção!).

Os debatedores devem estar cientes de que existe uma versão única das moções de "Esta Casa prefere", que são formuladas como "Esta Casa prefere um mundo em que X". Esse tipo de moção estabelece um ônus para as duplas do Governo de imaginar e argumentar em favor do mundo alternativo descrito na moção. Como em todos os outros tipos de moções de "Esta Casa prefere", a Oposição ainda deve defender o status quo ou a comparação especificada na moção.

Na moção "Esta Casa prefere um mundo em que a religião organizada não exista", o Governo precisa conceber um mundo alternativo sem religião organizada. Essa moção também olha para o passado, exigindo que as duplas considerem como o mundo teria se desenvolvido se a religião organizada nunca tivesse existido. Aqui, é razoável esperar que o debate inclua discussões sobre como a trajetória da história ou do desenvolvimento humano teria sido impactada. Isso é semelhante a como funcionam os contrafactuais nas moções de "Esta Casa lamenta" (veja a seção abaixo sobre moções de lamenta).

Como esses debates exigem a concepção de um mundo alternativo, argumentos sobre transições entre o status quo e o mundo alternativo não são permitidos. Por exemplo, no caso

da moção anterior, as duplas não devem discutir reações adversas ao desaparecimento da religião organizada, uma vez que, neste mundo alternativo, a religião organizada nunca teria existido.

Os debatedores também devem usar o bom senso para determinar o ponto em que esse novo mundo divergiu do status quo. Por exemplo, algumas moções mencionam a introdução de uma nova tecnologia. Em muitos casos, seria irrazoável para as duplas assumirem que essa tecnologia existiu há 2000 anos. Seria mais razoável presumir que essa tecnologia foi introduzida recentemente. Da mesma forma, na moção "Esta Casa prefere um mundo onde Hillary Clinton venceu a eleição presidencial dos EUA", deve estar claro que as duplas devem discutir a eleição de 2016, quando ela era a candidata democrata, e não, por exemplo, a eleição de 1800 ou até mesmo a eleição de 2012.

Moções que utilizam palavras de efeito semelhante a "preferir" (por exemplo, "em detrimento de", "em oposição a", "ao invés de") também vinculam as duplas de Oposição a defender a comparação específica.

Por exemplo, se a moção for "Esta Casa acredita que está no interesse do Vietnã fortalecer as relações com os EUA em detrimento da China", as duplas de Oposição estão obrigadas a defender o fortalecimento das relações com a China. A Oposição não poderia defender "fazemos ambos e manipulamos os países um contra o outro". Se a moção for "Esta Casa acredita que está no interesse do Vietnã fortalecer as relações com os EUA", a Oposição deve defender o status quo. Se o status quo envolve manipular os países um contra o outro, então a Oposição pode defender essa comparativa.

Esta Casa lamenta ('ECL')

Moções que começam com "Esta Casa lamenta [X]" perguntam se a ausência de X teria sido boa para o mundo. Com o benefício da retrospectiva, as duplas devem considerar danos e benefícios passados. Também devem considerar como um mundo sem a existência de X pode evitar danos futuros ou criar benefícios futuros. As duplas devem descrever como seria um mundo alternativo que se desenvolveu sem a ocorrência de X. Isso é conhecido como "contrafactual". Por exemplo, na moção "Esta Casa lamenta a escolha de Kamala Harris como candidata democrata", as duplas não podem apenas debater os méritos ou desvantagens de Harris como candidata democrata. Em vez disso, devem considerar quem poderiam ter sido os candidatos democratas alternativos e se esses candidatos teriam levado a resultados políticos melhores ou piores do que no status quo.

Esta Casa prevê

Moções que começam com "Esta Casa prevê que [X]" pedem que as duplas provem, de maneira analítica, que X acontecerá. Essa moção exige que as duplas demonstrem que X acontecerá, da mesma forma que uma moção analítica exigiria que provassem que X é

verdadeiro. Não há ônus sobre as duplas para provar que o resultado de X é bom ou moralmente desejável. Por exemplo, na moção "Esta Casa prevê que a Alemanha não atingirá suas metas climáticas", as duplas não devem debater se seria bom que a Alemanha cumprisse suas metas climáticas ou se tem o dever de fazê-lo, mas sim se, dado o que sabemos sobre a Alemanha no momento em que a moção é estabelecida, acreditamos que ela cumprirá ou não suas metas. Isso significa que os adjudicadores devem avaliar o nível de persuasão apresentado pelas duplas sobre a probabilidade de que [X] aconteça, e não sobre se o resultado de [X] é desejável.

Os CA Teams não devem usar a abreviação "ECP" para esse tipo de moção, pois "ECP" é normalmente entendido como "Esta Casa prefere..."

Moções de Agente

Moções que começam com "Esta Casa, enquanto [A], [X]" são especiais. Essas moções especificam mais claramente a entidade (A) que realiza (X), convidando a uma análise mais detalhada da perspectiva da entidade sobre o que deve fazer, com todas as duplas argumentando a partir da perspectiva do agente A. Portanto, as duplas devem considerar quais são os conhecimentos, valores e interesses do agente A e explicar por que a moção está ou não no melhor interesse do agente. Ao contrário dos debates discutidos anteriormente, os debates de agentes não são sobre se a ação X é, necessariamente, a melhor para o mundo.

É importante notar que priorizar a perspectiva do agente A não significa assumir que o agente se preocupa apenas com seus próprios interesses. A maioria dos agentes tem crenças morais e princípios e age para realizar essas crenças. As duplas devem explorar o que genuinamente alinha-se ao bem-estar geral do agente. Argumentos sobre minimizar a dor ou maximizar o prazer, por exemplo, devem ser explicados no contexto do bem-estar do agente. Minimizar a dor ou maximizar o prazer não são, automaticamente, mais importantes para o agente do que outros interesses e valores. Assim, os debatedores devem sentir-se à vontade para fazer argumentos principiados em debates de agentes, além de argumentos mais práticos, desde que possam explicar por que o agente em questão possui essas crenças específicas.

Ademais, o que um agente deve fazer é diferente do que é provável que faça. Debates de agentes não tratam de prever comportamentos prováveis, mas do que é melhor para o agente em questão. Por exemplo, declarações anteriores de intenção ajudam a entender a perspectiva do agente, mas isso não significa que ele não possa ser convencido a seguir outro caminho. Se a moção for "Esta Casa, enquanto um pai, não enviaria seu filho para uma escola particular", esse debate deve ocorrer sob a perspectiva de um pai, como o agente que toma decisões sobre a educação de seu filho e a pessoa a ser persuadida pelas equipes.

Em contraste, se a moção for "ECAQ pais não deveriam enviar seus filhos para escolas particulares", a moção não se dá exclusivamente pela perspectiva dos pais; em vez disso, os debatedores estão apenas tentando convencer os adjudicadores da veracidade da afirmação de

uma perspectiva neutra. Em tal debate, as duplas do Governo primeiro precisam explicar quais são os interesses de um pai e, em seguida, explicar por que não enviar seu filho para uma escola particular atende a esses interesses. Os interesses dos pais podem ser práticos (por exemplo, desejar que o filho tenha sucesso material na vida) ou principiados (por exemplo, um interesse amplo no princípio da igualdade). As duplas da Oposição podem concordar com o Governo sobre os interesses dos pais e argumentar que o curso de ação proposto não atende a esses interesses ou argumentar que os pais têm interesses diferentes dos levantados pelo Governo, e que esse novo conjunto de interesses pode ser melhor atendido ao enviar o filho para uma escola particular.

Uma moção formulada como "Esta Casa verbo + X" deve ser tratada como uma moção de agente se contiver um infoslide que descreva a perspectiva de um agente (comumente começando com as palavras "Você é um..."). Por exemplo: "você encontra um botão que, se pressionado, apagará instantaneamente e sem dor toda a existência humana. Se não for pressionado imediatamente, o botão desaparecerá permanentemente". "Esta Casa pressionaria o botão".

Algumas moções implicitamente presumem a perspectiva de um único agente. Nesses casos, as duplas devem debater o que aconteceria se um agente realizasse essa ação. Por exemplo, na moção "Esta Casa prefere ser educado a ser extremamente autossuficiente", as duplas devem argumentar sobre as consequências de um indivíduo ser educado para ser extremamente autossuficiente, e não sobre como o mundo seria se todos fossem criados para ser extremamente autossuficientes. Essas moções devem ser tratadas da mesma forma que "Esta Casa, como uma pessoa média, ...".

Algumas moções analíticas podem ser formuladas como: "ECAQ X é do interesse de Y". Essas moções provavelmente apresentarão argumentos semelhantes, e em alguns casos idênticos, aos das moções de agentes.

A principal diferença entre essas moções é que, devido ao tipo da moção, elas terão ônus diferentes. Por exemplo, em um debate de agente, o primeiro governo pode modelar como o agente realizaria X. Em contraste, em uma moção "ECAQ X é do interesse de Y", as duplas precisam explicar como um agente provavelmente implementaria X.

Além disso, em um debate de agente, pode haver argumentação aberta para as duplas sobre as crenças e princípios morais que o agente possui, enquanto, na formulação alternativa, as duplas podem precisar analisar de maneira mais explícita por que essas crenças e princípios morais se traduzem em interesses.

Tipos de Moções Alternativas

Algumas formulações de moções não estão definidas no manual. Qualquer formulação atualmente indefinida de moções deve ser tratada como “Esta Casa apoia/se opõe”. Isso inclui,

mas não se limita a, “Esta Casa dá as boas-vindas”, “Esta Casa rejeita” ou “Esta Casa celebra”. Recomendamos que o CA Team evite essas formulações alternativas e opte, em vez disso, pela formulação padrão de “se opõe” ou “apoia”.

2.8 Cumprimento de Funções

O cumprimento de função, em resumo, é o nome dado aos deveres específicos atribuídos a cada dupla na bancada, derivados de sua posição particular, além do dever geral de “fazer argumentos persuasivos”. Alguns desses deveres existem para assegurar a justiça, especificando restrições adicionais aos debatedores para refletir as particularidades do debate em BP como um método de persuadir um eleitor bem informado e inteligente.

Um debatedor que faça um excelente discurso de quinze minutos, ou entregue um ensaio persuasivo ou um conjunto de materiais visuais, não terá direito a crédito por isso, independentemente de quão persuasivos estes seriam para transmitir suas razões para afirmar ou rejeitar a moção. Fazer isso quebra as regras e, portanto, não pode lhes dar crédito. O cumprimento de função é uma condição necessária (mas não suficiente!) para que uma dupla faça argumentos persuasivos. O cumprimento incompleto de função não deve ser usado como única justificativa para colocar duplas em quarto lugar.

Os deveres associados ao cumprimento de função são os seguintes:

- Para o Primeiro Ministro, assegurar que o debate esteja adequadamente definido (ver seção 2.9).
- Para os debatedores de extensão (tanto de governo quanto de oposição), expandir o debate (explicado na seção 2.8).
- Para todos os debatedores, assegurar que seus argumentos sejam consistentes com todos os outros argumentos apresentados por eles mesmos, seus parceiros e pela outra dupla do seu lado no debate (ver seção 2.4 para mais informações sobre contradições).
- Para todos os debatedores, aceitar pelo menos um ponto de informação (POI) durante seus discursos e oferecer POIs regularmente (ver seção 1.4 sobre POIs).
- Para todos os debatedores, falar dentro do tempo alocado (ver seção 1.2 sobre controle de tempo).

Enfatizamos aqui que não existe um “quarto lugar automático” ou qualquer penalidade automática pelo não cumprimento das regras neste documento. Uma dupla que infrinja um elemento do cumprimento de função ainda pode ser suficientemente persuasiva para vencer outras duplas no debate; especialmente, mas não exclusivamente, quando múltiplas duplas no debate têm problemas de cumprimento de função.

Não é um requisito de cumprimento de função para o Adjunto de Primeiro Ministro ou o Vice-Líder de Oposição introduzir novo material (sejam argumentos, análises, refutações, etc.) no debate. As duplas de primeiro governo e primeira oposição têm o direito de concentrar todos os seus argumentos construtivos em seus discursos iniciais e deixar para o

Adjunto de Primeiro Ministro e o Vice-Líder de Oposição a tarefa de reiterar, reconstruir, reformular ou resumir as contribuições do primeiro ministro ou do líder de oposição — isso não infringe as regras, e os adjudicadores não devem penalizar as duplas por fazerem isso em si. No entanto, tal estratégia pode ser desaconselhável. Como o debate BP envolve quatro duplas, os adjudicadores têm a tarefa central de avaliar comparativamente a extensão e a importância das contribuições persuasivas feitas por cada dupla. Apenas repetir ou reconstruir o material de um parceiro, embora tenha algum valor, raramente é mais valioso do que acrescentar novos argumentos ou análises. Além disso, essa estratégia torna o trabalho da dupla na segunda metade do debate mais fácil, ao potencialmente deixar mais material para eles usarem para expandir o debate.

2.9 Definições e Modelos

Um modelo refere-se à explicação, pelo primeiro governo, de como a política que estão propondo será implementada. Se a moção requer um modelo, ou se o primeiro governo deseja propor um modelo, isso deve ser explicado no discurso do Primeiro Ministro. O Adjunto de Primeiro Ministro pode esclarecer partes do modelo em resposta a qualquer confusão das duplas de oposição, mas não deve introduzir um novo modelo ou novas partes substantivas do modelo. As duplas de governo têm um nível de autoridade para propor seu modelo, conforme explicado em mais detalhes na seção 2.3, em "Moções de Política".

O primeiro governo tem o dever de definir a moção. Os debates são sobre a moção conforme definida pelo primeiro governo, e não sobre o que outros debatedores ou adjudicadores na sala pensam que as palavras na moção significam. A definição forma o assunto do debate. Se a moção "Esta Casa privatizaria a educação" for definida como "tornar todas as universidades empresas independentes" (uma definição justa), então é sobre isso que o debate será para o restante dos oito discursos.

O Primeiro Ministro deve assegurar que o debate esteja adequadamente definido. Por exemplo, alguns debates usam termos como "uso amplo de X". O termo "uso amplo de X" refere-se a um estado do mundo onde X é um fenômeno relativamente disseminado. O Primeiro Ministro tem a capacidade de caracterizar o que isso significa, desde que seja razoável.

A definição deve estar no nível de generalidade implícito na moção. É legítimo para o primeiro governo excluir casos marginais e extremos ("estamos proibindo a cirurgia estética como a moção diz, mas não para vítimas de queimaduras"). Não é legítimo incluir apenas exemplos marginais e extremos ("estamos proibindo a cirurgia estética como a moção diz, mas apenas para crianças"). Se o CA Team desejar que um debate seja restringido de uma maneira específica e radical, eles indicarão isso na moção. Para dar outro exemplo, se a moção é "Esta Casa usaria serviço comunitário como punição em lugar de prisões", e a bancada do governo afirma que isso será feito apenas para jovens infratores não violentos, isso é uma restrição severa e inválida da moção, excluindo a grande maioria dos casos aos quais uma leitura literal

da moção (que não menciona limites para categorias específicas de prisioneiros) pareceria se aplicar.

Se as duplas desejarem excluir casos não marginais do debate, devem fornecer critérios claros sobre quais casos são excluídos e uma justificativa convincente para isso, e suas exclusões não devem prejudicar injustamente outras duplas no debate. Formas comuns de restrição legítima incluem limitar explicitamente ou focar o debate em conjuntos amplos de casos onde a moção parece ser particularmente aplicável ou onde sua implementação seria mais plausível.

Por exemplo, as duplas de governo podem argumentar que o escopo do debate é mais relevante para países em desenvolvimento e fornecer razões para isso. Isso não significa que os impactos sobre países desenvolvidos sejam considerados fora do debate - apenas que uma dupla forneceu razões para sugerir que o debate poderia plausivelmente focar em uma área específica. Novamente, a questão em todos os casos é uma de justiça e consistência com a moção original. Isso é verificado ao perguntar se a definição exclui um grande número de casos aos quais a moção parece se aplicar, desequilibrando o debate. Se não, a definição provavelmente é legítima. Ainda assim, como regra geral, é sensato que as duplas de primeiro governo evitem restringir e limitar demasiado as moções.

A definição não deve ser restrita a um tempo ou lugar específicos. A menos que a moção especifique o contrário, assume-se que ela se aplique à maioria dos estados do mundo. Algumas moções podem presumir um certo nível de capacidade estatal: por exemplo, a moção "Esta Casa permitiria que cidadãos vendessem seus votos a outros" só será relevante em estados minimamente democráticos, e o primeiro governo pode especificar isso sem ser acusado de definir um local específico. No entanto, as duplas não podem restringir a moção a um local particular (por exemplo, não podem limitar o debate apenas aos Estados Unidos da América ou capitais europeias).

A menos que a moção especifique um tempo específico, o primeiro governo deve definir o debate como ocorrendo no presente. É inválido que o primeiro governo defina o debate como ocorrendo em um tempo particular. Por exemplo, se a moção é "Esta Casa permitiria o aborto", o primeiro governo não pode definir o debate como sendo sobre se os juízes no caso dos EUA Roe v. Wade deveriam ter tomado a decisão que tomaram na época desse caso. No entanto, propor um período específico de tempo para uma moção não constitui uma definição de tempo, desde que mantenha a implementação razoavelmente próxima dos dias atuais. Assim, dizer "permitiremos um período de transição de dois anos para que as empresas se adaptem às mudanças propostas pela nossa política antes de avançarmos para a implementação total" é legítimo, enquanto dizer "acreditamos que essa política deve ser implementada eventualmente, talvez em uma ou duas décadas, quando todos os países tiverem harmonizado completamente suas exigências" não é. Outro exemplo são os debates que usam o termo "ascensão de". O termo "ascensão de" refere-se ao desenvolvimento de uma tendência até o debate. Não se refere ao crescimento futuro dessa tendência.

Squirrelando

Uma definição também pode ser inválida se for um "squirrel". Um "squirrel" é uma definição da moção que busca diminuir ou evitar o ônus de prova que a moção impõe ao primeiro governo.

Uma definição pode ser considerada um "squirrel" se for literalmente inconsistente com as palavras da moção proposta. Por exemplo, se a moção for "Esta Casa colocaria pedágios em todas as estradas" e o primeiro governo sugerir que colocariam pedágios apenas nas rodovias principais, isso é claramente inválido, já que a moção especifica "todas as estradas".

Uma definição também pode ser considerada um "squirrel" se não for debatível. Por exemplo, se a moção for "ECL o uso de mensagens feministas em comerciais", seria ilegítimo afirmar que este debate trata apenas de casos negativos de mensagens feministas em comerciais, pois isso limita injustamente o escopo do debate, tornando-o tautológico.

Se as duplas fizerem argumentos baseados puramente em um squirrel e seu squirrel for contestado, seus argumentos também podem ser questionados. No entanto, se as duplas fizerem argumentos que possam se aplicar tanto à definição squirrel quanto a uma definição legítima, então seus argumentos devem ser julgados com base no conteúdo do argumento.

Definições Vagas

Uma definição vaga não responde claramente a certas questões essenciais sobre o que se entende pela moção ou o que ocorrerá sob a política que o primeiro governo está defendendo. Uma definição não pode especificar todos os detalhes, e não se espera que o primeiro governo seja exaustivo. No entanto, pontos comuns de vagueza incluem, onde necessário para o funcionamento justo do debate, a falta de especificação de: exatamente quais grupos de pessoas a política se aplica, as circunstâncias em que será implementada, o agente que a implementará, ou as consequências para aqueles que resistirem ou desobedecerem.

Uma definição pode ser vaga em diferentes graus. Crucialmente, uma definição vaga não é uma definição inválida – apenas diminui a persuasividade do primeiro governo na medida em que fica incerto o que exatamente eles estão propondo. A resposta adequada das duplas de oposição é identificar essa vagueza e seu impacto no debate, através de POIs ou em seus discursos. Os debatedores subsequentes do governo podem então fornecer mais detalhes sobre o que o governo pretende fazer, desde que isso seja principalmente consistente e não altere substancialmente o modelo apresentado pelo Primeiro Ministro (ainda que o ideal fosse que o Primeiro Ministro já o tivesse feito).

Além de estimular pedidos de esclarecimento por parte da oposição, ou críticas devido à política ser vaga e imprecisa, nada mais deve resultar de uma definição vaga. A oposição pode optar por argumentar que, dado que a moção foi vagamente especificada, uma certa

consequência ou interpretação razoável pode ser inferida. Porém, não é permitido que ignorem a definição que foi apresentada, substituam-na por uma definição preferida ou aleguem que, por não terem definido claramente a moção, o primeiro governo está comprometido a defender aplicações extremamente irracionais de sua política.

Na medida em que uma dupla de governo obtenha vantagem sobre outra devido a uma política anteriormente vaga que foi posteriormente esclarecida ou refinada de maneira que prejudique a capacidade de resposta dos oponentes, essa vantagem não deve ser considerada pelos adjudicadores.

Exemplo Prático: **'Esta Casa permitiria o voto de presos'**

Exemplo 1:

Primeiro Ministro: "Definimos esta moção como conceder aos prisioneiros o direito de participar nas eleições."

Líder de Oposição: "O Primeiro Ministro não limitou esta moção a adultos na prisão. Assim, devemos assumir que crianças presas poderão votar, o que é errado, pois crianças não são aptas para votar."

Adjunto de Primeiro Ministro: "Isso é claramente absurdo. Obviamente, prisioneiros menores de idade não poderão votar."

Conclusão do adjudicador: O Adjunto de Primeiro Ministro está correto. A suposição feita pelo Líder de Oposição é irrazoável e deve ser rejeitada. A primeira oposição não recebe crédito por este questionamento.

Exemplo 2:

Primeiro Ministro: "Definimos esta moção como conceder aos prisioneiros o direito de participar nas eleições."

Líder de Oposição: "O Primeiro Ministro falhou em nos dizer quais tipos de prisioneiros têm permissão para votar. Esta definição é ilegítima porque não especifica quais – e isso pode incluir assassinos."

Adjunto de Primeiro Ministro: "Isso é absurdo! Claro que nosso modelo não se estende a assassinos e similares, isso seria completamente irrazoável!"

Conclusão do adjudicador: Nem o Adjunto de Primeiro Ministro nem o Líder de Oposição estão corretos. Não há nada de errado com a definição do Primeiro Ministro, que apenas deixou a oportunidade para que as duplas de Oposição argumentassem por que permitir que

assassinos votem seria uma má ideia. Não é óbvio que assassinos foram excluídos da definição do Primeiro Ministro, nem está claro que deveriam ser.

Desafiando a Definição

Se a definição apresentada pelo primeiro governo for inválida, ela pode ser contestada. Isso deve ser feito durante o discurso do Líder de Oposição. Conforme estabelecido, a única base para alegar que uma definição é inválida é se ela se enquadra em uma das duas circunstâncias de "squirrelling" mencionadas acima ou se limita injustamente o tempo e o local do debate. Não é suficiente que a definição pareça não estar "no espírito da moção" ou que outras duplas no debate não a tenham previsto.

Se uma dupla desafiar a definição, deve argumentar que a definição é ilegítima e explicar o motivo. Ao desafiar a definição, o líder de oposição tem duas opções:

a) Primeiramente, ele pode reclamar que a moção foi definida de maneira inválida, mas continuar o debate mesmo assim. Isso é preferível se a definição proposta não for uma leitura justa da moção, mas ainda for debatível. O debate então prossegue e é julgado normalmente.

b) Em segundo lugar, ele pode contestar a definição e redefini-la. Deve informar o adjudicador e os outros debatedores sobre qual seria uma definição adequada e, em seguida, prosseguir argumentando contra esse caso. Quando uma dupla opta por essa abordagem, é recomendável em alguns casos (embora não obrigatório) que apresentem uma análise "mesmo que" engajando-se com a definição do primeiro governo e o material que deriva dela, bem como com sua própria definição.

Os adjudicadores não devem penalizar as duplas por terem um "debate definicional". No entanto, se as duplas se envolverem em debates definicionais desnecessários sobre definições razoáveis, isso deve ser tratado como autopenalização, pois estão desperdiçando tempo com material não persuasivo em detrimento de argumentos relevantes.

Em casos extremamente raros, o primeiro governo pode propor uma definição completamente indebatível. Se o Líder de Oposição negligenciar desafiar essa definição, outros debatedores de oposição podem fazê-lo. Nesses casos, é recomendável que a segunda oposição ofereça pontos de esclarecimento ao primeiro governo. Esses casos são extremamente raros, e as duplas devem estar cientes de que tentar desafiar a definição quando a moção não é totalmente indebatível provavelmente prejudicará sua performance. As duplas não devem recorrer a essa estratégia de forma leviana.

Se a definição for contestada, os adjudicadores devem avaliar as contribuições das duplas ao debate com base na definição aceita no momento em que fizeram seus discursos. Para ilustrar isso, considere o seguinte cenário: suponha que o primeiro governo e a primeira oposição concordem com uma definição, e a primeira oposição claramente vença o debate da primeira

metade com base nessa definição aceita. A segunda metade do governo e a segunda oposição concordam em expandir a definição do debate e fazem contribuições com base nessa definição expandida. Os adjudicadores não podem desconsiderar a primeira oposição porque "o debate se tornou sobre outra coisa" — ao invés disso, devem comparar as contribuições relativas de cada dupla à rodada e considerar momentos em que as duplas da primeira metade engajaram com as da segunda metade e vice-versa.

Vale lembrar que os desafios de definição são extremamente raros e mais um "último recurso" do que uma primeira linha de defesa contra um caso do governo. Quando uma definição se enquadra em uma das circunstâncias mencionadas acima, muitas vezes ainda é aconselhável que a dupla debata a moção como foi definida, evitando a complexidade processual de um desafio de definição que reduz o tempo para apresentar argumentos substantivos.

Observe que uma definição não pode ser atacada apenas por ser o "status quo". A maioria das moções solicitará que as duplas de governo defendam a implementação de algum tipo de política, o que provavelmente envolve mudar o mundo em relação ao estado atual. Assim, se o primeiro governo de fato propõe algo que é idêntico ao status quo, isso pode ser sintoma de que eles falharam em definir a moção corretamente.

Mas, como o WUDC é um torneio internacional, com moções presumidas para se aplicarem a muitos países diferentes, cada um com políticas existentes diferentes, o mero fato de que uma definição seja "status quo" em algum contexto não é um problema com a definição. Por exemplo, se a moção for "Esta Casa teria legislaturas unicamerais (de uma única câmara)", e o primeiro governo propuser que todas as democracias tenham um parlamento unicameral eleito através de uma mistura de representantes de distrito e membros de lista proporcional, eles propuseram uma política que é o status quo na Nova Zelândia. No entanto, isso seria uma mudança radical para muitas democracias. Definir um debate de forma que coincida com o status quo em algum lugar não é, em si, um problema.

Seja a definição válida ou não, não é função do adjudicador atacar a definição, e os adjudicadores só devem se preocupar com a definição se as duplas no debate o fizerem. Se a definição for atacada com sucesso por ser vaga, o primeiro governo deve ser penalizado apenas na medida em que a falta de detalhes impeça as duplas de fazerem argumentos. As outras duplas não devem ser penalizadas pela vaguidade do primeiro governo: os adjudicadores devem permitir que as outras duplas avancem com suposições justas e razoáveis, desde que essas sigam logicamente das definições vagas do primeiro governo.

Exemplos Práticos: **'Esta Casa permitiria o voto de presos'**

Exemplo 1:

Primeiro Ministro: "Permitiremos que todos os prisioneiros votem nas eleições, desde que

tenham menos de uma semana restante em sua sentença."

Líder de Oposição: "Essa definição é claramente injusta, pois restringe indevidamente o escopo do debate, mas vamos opor-nos a ela de qualquer forma."

Conclusão do adjudicador: O Líder de Oposição fez uma contestação correta à moção, e o Primeiro Ministro deve ser penalizado.

Exemplo 2:

Primeiro Ministro: "Permitiríamos que todos os prisioneiros injustamente acusados votassem, liberando-os da prisão."

Líder de Oposição: "Essa definição é uma restrição e distorção inaceitável, a ponto de as duplas do governo não estarem argumentando que prisioneiros reais deveriam ter direito a votar. Já que o que precisam provar é que prisioneiros de fato deveriam poder votar, é contra isso que vamos argumentar. Opomos-nos a essa política pelos seguintes motivos…"

Conclusão do adjudicador: O Líder de Oposição agiu corretamente ao substituir a definição inviável por uma definição viável. As duplas devem seguir a definição apresentada pelo Líder de Oposição e debater a moção conforme estabelecido.

2.10 Opondo o Debate

As duplas de governo defendem o que a moção exige que façam ou afirmem como verdadeiro. Em um debate sobre uma política, a oposição deve argumentar que não deveríamos implementá-la; ou seja, que existe algo melhor do que adotar essa política. Assim como nas definições do debate pelo primeiro governo, a posição que a oposição escolhe defender pode ser o status quo em alguns países, algo que não é praticado em lugar algum atualmente, ou pode ser descrito como "não fazer nada" em vez de "implementar a política" (embora, naturalmente, as duplas que adotem essa abordagem não recomendem uma completa inação governamental, mas defendam comparativamente que "independentemente de outras políticas sensatas e relevantes em vigor, a adição dessa política específica piora as coisas").

Contanto que as duplas de oposição apresentem razões para não implementar a política, isso é aceitável. Não é ônus da dupla de oposição comprometer-se com uma alternativa específica à política do governo. No entanto, elas podem optar por apresentar uma "contraproposta" (ou "contraprop" ou "contramodelo"): trata-se de uma política ou modelo específico promovido pela primeira oposição (ver seção 2.7 sobre tipos de moções para mais informações sobre debates de política). Esse procedimento deve ser adotado apenas quando o tipo de moção permite um debate de política.

Assim como apenas o primeiro governo tem o direito de definir um modelo para o lado do governo e deve fazê-lo no discurso do Primeiro Ministro, apenas o Líder de Oposição pode apresentar uma contraproposta para o lado da oposição. Ao propor uma contraproposta, as duplas de primeira oposição têm o mesmo nível de autoridade que o primeiro governo.
A contraproposta apresentada pelo Líder de Oposição deve ser mutuamente exclusiva em relação ao modelo proposto pelo Primeiro Ministro. É importante observar que uma contraproposta altera a comparativa do debate, pois todas as duplas devem comparar a política proposta pelo governo com a contraproposta, e não com o status quo. O debate é julgado normalmente: as duplas apresentam argumentos sobre os benefícios e danos de ambos os modelos propostos.

Por exemplo, na moção "EC aumentaria significativamente os impostos para indivíduos na faixa de renda mais alta", a primeira oposição poderia propor a abolição do imposto de renda — uma política mutuamente excludente com o modelo do primeiro governo. No entanto, não seria uma contraproposta válida se a primeira oposição afirmasse que educaria os indivíduos sobre filantropia, pois isso não é mutuamente excludente em relação ao modelo do primeiro governo.

A primeira oposição não precisa avançar uma contraproposta e ainda pode vencer o debate argumentando contra o modelo proposto pelo governo (por exemplo, argumentando que o modelo do primeiro governo agravará o problema a tal ponto que a inatividade é preferível ou mostrando que a ação do governo criará um problema ainda maior).

Por exemplo, na moção "EC proibiria a venda de podrão":

Estratégia da Primeira Oposição	Avaliação
"Vamos aplicar um imposto sobre junk foods"	Contraproposta mutuamente excludente que altera a comparativa do debate.
"Vamos promover campanhas para alimentos saudáveis"	Não é mutuamente exclusiva ao modelo do primeiro governo; não é uma contraproposta.
"O esforço necessário para isso é melhor utilizado em outras áreas, como combate ao tabagismo"	Não é uma contraproposta e, portanto, sem autoridade. A primeira oposição deve explicar por que essas ações são mutuamente exclusivas e por que os esforços provavelmente serão direcionados para outras áreas.

Alternativas

Argumentos que sugerem uma gama de alternativas viáveis e soluções não são o mesmo que propor uma contraproposta.

A primeira oposição também tem o direito de apontar várias alternativas superiores possíveis sem comprometer-se com uma contraproposta. No entanto, isso não equivale a apresentar uma contraproposta:

a) Sugerir uma variedade de alternativas possíveis não é o mesmo que apresentar um mecanismo específico ao qual a bancada de oposição deve se comprometer; enquanto que uma contraproposta é um mecanismo específico que toda a segunda oposição deve seguir.

b) As duplas de oposição não têm poder de autoridade ao sugerir alternativas, e as duplas de governo podem questionar a viabilidade das alternativas propostas.

c) Sugerir uma variedade de alternativas pode afetar a persuasividade dos argumentos do primeiro governo, mas não necessariamente altera a comparativa do debate, enquanto uma contraproposta altera a comparativa.

Alternativas, como qualquer outro argumento, devem ser provadas superiores de alguma forma para serem linhas vencedoras. A mera existência de alternativas não é suficiente para que a dupla que as propõe vença.

Alternativas vencedoras devem ser:

a) Detalhadas e fundamentadas – alternativas vagas e não fundamentadas são avaliadas da mesma forma que argumentos vagos e não fundamentados (ou seja, são considerados pouco persuasivos).

b) Mutuamente exclusivas ao modelo do primeiro governo – caso contrário, devem ser avaliadas como qualquer outro material não exclusivo na rodada.

Por exemplo, se a primeira oposição afirma apenas que podem "regular", isso será significativamente menos persuasivo do que explicar como poderiam regular e por que essa regulação provavelmente seria eficaz. Da mesma forma, se a primeira oposição afirma "Esse dinheiro pode ser melhor investido em outras áreas, como hospitais ou instituições de caridade!", esse argumento é pouco persuasivo a menos que a primeira oposição possa explicar tanto por que o dinheiro não pode ser investido nessas áreas no caso do primeiro governo quanto por que é provável que o dinheiro seja investido nessas áreas.

Exemplos Práticos: **'Esta Casa invadiria a Síria'**

Exemplo Um:

Primeiro Ministro: "Acreditamos que os EUA devem invadir a Síria imediatamente e instalar um novo governo."

Líder de Oposição: "Acreditamos que os EUA devem invadir a Síria imediatamente, mas também devem fornecer assistência econômica a um novo regime sírio."

Conclusão do adjudicador: A contraproposta da primeira oposição não é mutuamente exclusiva em relação ao caso do primeiro governo e, de fato, aceita o fundamento do caso do primeiro governo. A primeira oposição não está realmente opondo-se à moção.

Exemplo Dois:

Primeiro Ministro: "Acreditamos que os EUA devem invadir a Síria imediatamente e instalar um novo governo."

Líder de Oposição: "Em vez de invadir, os EUA deveriam dar apoio militar aos grupos rebeldes dentro da Síria."

Conclusão do adjudicador: A contraproposta da primeira oposição não é estritamente mutuamente exclusiva em relação ao caso do primeiro governo, mas foi apresentada como uma alternativa (na prática, dizendo "sugerimos o modelo de a) não invadir e b) fornecer apoio militar"). Dependendo dos argumentos que se seguirem, podem conseguir demonstrar que seu modelo é preferível ao do primeiro governo, embora seja válido que o primeiro governo aceite o argumento alternativo como parte de seu próprio modelo.

2.11 Discursos de Extensão – Expandindo o Debate

A extensão de governo e a extensão de oposição são responsáveis por "ampliar" o debate. Uma ampliação é definida como qualquer coisa que ainda não foi dita por aquele lado do debate. Uma ampliação pode assumir várias formas, incluindo:

- novos argumentos que ainda não foram feitos no debate
- novas refutações ao material levantado pelo lado oposto
- novos exemplos ou estudos de caso
- novas caracterizações
- novos enquadramentos
- nova análise ou explicação de argumentos existentes (incluindo, mas não se limitando a: novos mecanismos, novas caracterizações, etc.)
- novas aplicações de argumentações existentes (por exemplo, se a extensão apontar que um argumento da primeira metade é capaz de refutar um novo argumento do outro lado)
- novas métricas para julgar o debate ou uma nova defesa das métricas existentes para o sopesamento de argumentos.

Em resumo, dizer quase qualquer coisa além de uma repetição literal do material da primeira metade já constitui, em certo sentido, uma ampliação. Nesse aspecto, cumprir o papel de debatedor de extensão é relativamente simples, e a maioria dos debatedores de extensão

conseguirá satisfazer os requisitos mínimos de sua função. Praticamente não devem existir casos em que uma dupla da segunda metade não adicione material novo algum.

No entanto, uma dupla de segunda metade só pode ser creditada por contribuições ao debate que vão além do que já foi apresentado pela sua primeira metade. Duplas de segunda metade não vencem com adições mínimas a pontos já bem fundamentados, mas sim na medida em que sua contribuição (incluindo o resumo) é significativamente melhor que o apresentado anteriormente. Uma dupla de segunda metade que adiciona apenas o mínimo de ampliação dificilmente terá material mais persuasivo do que sua primeira metade. Portanto, duplas de segunda metade não superam suas duplas de primeira simplesmente por "terem uma ampliação" (assim como duplas de primeiro governo não vencem o debate simplesmente por "terem um modelo"). Uma ampliação vencedora trará material que mais persuada o adjudicador de que a moção deve ser afirmada ou rejeitada.

Se certos argumentos já foram convincentemente defendidos pela análise de uma dupla da primeira metade, uma dupla que apenas adicione nova análise a esses argumentos pode conseguir, com base nessa análise, superar as duplas do lado oposto, mas dificilmente terá apresentado bons motivos para vencer a dupla à sua frente. Ao avaliar os casos das duplas de segunda metade, os adjudicadores devem identificar o que é exclusivamente novo vindo do caso da segunda metade e então comparar apenas o material exclusivamente novo com o caso da primeira metade (ou com qualquer outra dupla no debate).

Esfaqueamento

As duplas da segunda metade devem manter a consistência com suas duplas de primeira metade (para mais esclarecimentos, ver seção 2.3, "Contradições"). Existem algumas exceções raras em que as duplas de segunda metade não precisam ser consistentes:

a) A dupla de primeira metade concedeu o debate ou fez uma concessão extremamente prejudicial, tornando o debate impossível de vencer pelo seu lado.

b) O primeiro governo distorceu a moção (ou a primeira oposição apresentou uma contraproposta inválida).

c) A dupla de primeira metade fez uma afirmação factual claramente falsa que um eleitor bem informado e inteligente reconheceria como falsa (por exemplo, em um debate sobre viagens espaciais, afirmar que a lua é feita de queijo).

Para deixar claro, nessas raras circunstâncias, as duplas de segunda metade ainda precisam ser consistentes com outros pontos apresentados por sua primeira metade — não se trata de um "cheque em branco" para ignorar tudo que a dupla de primeira metade disse, apenas as partes que seria implausível esperar que uma dupla de segunda metade defendesse. Reiterando: esses casos são extremamente raros, e não se espera que as duplas invoquem essas cláusulas

frequentemente.

Além disso, propor uma métrica diferente para avaliar o debate geralmente não constitui uma quebra de consistência. Por exemplo, se a primeira oposição afirmou que o ponto mais importante no debate são os direitos humanos, é aceitável que a segunda oposição afirme que os impactos geopolíticos são, de fato, mais relevantes. Caso contrário, isso dificultaria injustamente para as duplas de segunda metade a possibilidade de realizar uma ampliação significativa em relação à sua primeira metade.

2.12 Discursos de whip

Um bom discurso de whip deve apontar os principais pontos de desacordo no debate (clashes) entre os dois lados e utilizar os melhores argumentos de cada dupla de seu lado para defender que a moção deve ser afirmada ou rejeitada. O debatedor em whip pode, alinhado à necessidade de sua dupla de contribuir com material mais persuasivo do que a primeira metade, explicar por que as contribuições de sua própria dupla são as mais persuasivas ou importantes em sua bancada, devendo fazê-lo sem contradizer os argumentos da primeira metade.

Nenhum whip, seja do governo ou da oposição, deve adicionar novos argumentos ao caso de sua dupla. Neste contexto, novos argumentos referem-se a qualquer material que mude a direção do caso da extensão, introduza razões completamente novas, afirme que novos acontecimentos ocorrerão ou apresente novas verdades morais. Exemplos mais detalhados do que constitui novos argumentos são apresentados na seção 2.9 sobre discursos de extensão e de debatedores de extensão.

Os seguintes elementos não são considerados novos argumentos neste sentido e são permitidos para os whips:

- novas defesas de argumentos já feitos
- novas explicações de argumentos previamente apresentados (incluindo, mas não se limitando a: novas caracterizações, novos mecanismos etc.)
- novas refutações
- novos exemplos para apoiar argumentos existentes
- nova explicação sobre o impacto ou a priorização de linhas de argumentação existentes
- qualquer coisa que o outro lado possa razoavelmente entender que foi a intenção da dupla a partir do discurso do debatedor de extensão
- novas caracterizações
- novo enquadramento.

2.13 Equidade

Além de seguir as regras do debate em BP, o Mundial também exige que todos os participantes respeitem o "Manual de Equidade" do torneio. Os adjudicadores não têm

autoridade para aplicar a política de equidade (mas obviamente devem segui-la). Eles não podem interromper um debatedor por uma possível violação de equidade, exceto nas situações mais extremas, onde a violação é grave o suficiente para já ter prejudicado a rodada, e a intervenção é necessária para restaurar a ordem.

Os adjudicadores não devem considerar a ocorrência de uma violação de equidade ao avaliar quem venceu o debate ou ao atribuir pontos aos debatedores. Estão ali para julgar o debate e só devem penalizar violações de equidade na medida em que tornem o debatedor não persuasivo e/ou injusto para outras duplas ou debatedores. Os adjudicadores não podem atribuir zero speaker points a um debatedor ou dar à sua dupla um "quarto lugar automático" com base em uma violação de equidade.

Para resolver formalmente violações de equidade, debatedores e/ou adjudicadores devem reportá-las à equipe de equidade que, em consulta com o CA Team e a pessoa que fez a denúncia, decidirá quais medidas, se houver, devem ser tomadas. Contudo, ser um debatedor ofensivo geralmente não é persuasivo para o eleitor médi bem informado. Um debatedor que se engaje, por exemplo, em comportamento racista tende a ser menos persuasivo em seu conjunto argumentativo.

Violações de equidade não são parte padrão do debate e não devem ser esperadas ocasionalmente. Pelo contrário, elas não deveriam ocorrer em nenhum torneio. O debate existe para o prazer dos participantes e não vale a pena que as pessoas se desentendam por isso.

3. NOTAS ADICIONAIS PARA ADJUDICADORES

Idealmente, as duplas responderão de forma abrangente aos pontos detalhados de seus oponentes. Na maioria dos debates reais, porém, as duplas frequentemente passam umas pelas outras e deixam pontos sem contestação. Nesses casos, o adjudicador terá de avaliar não apenas quais argumentos são mais importantes, mas também quais estão mais claramente provados. Pontos não refutados que exigem alguns saltos lógicos do adjudicador costumam ser mais persuasivos do que pontos amplamente refutados e são sempre mais persuasivos do que a ausência de argumentos, mas não são preferíveis a um argumento bem fundamentado que se baseia em menos suposições não comprovadas. O que é ou não é refutado é, portanto, de vital importância para julgar os debates.

Também é importante identificar corretamente o engajamento direto entre duplas específicas. Assim como o primeiro governo não pode vencer a primeira oposição com base em argumentos construtivos fornecidos pelo segundo governo, da mesma forma, o primeiro governo não pode vencer a primeira oposição com base em uma refutação apresentada pelo segundo governo. Ao comparar duplas específicas, devemos levar em conta com o que essas duplas realmente se engajaram e tiveram a oportunidade de abordar.

Vale lembrar que os debatedores não precisam usar a palavra "refutação" para responder a um argumento. Pode ser mais claro se o fizerem, mas os adjudicadores não devem ignorar material que trate adequadamente de um argumento só porque o debatedor não destacou que fez isso. Da mesma forma, isso não significa que os debatedores devem ser "penalizados" por não refutar tudo: algumas alegações não prejudicam em nada o lado oposto. Por exemplo, em um debate sobre a legalização das drogas, se o primeiro ministro disser "elefantes cor-de-rosa são fofos porque têm orelhas bonitas e uma cor agradável", esse argumento falho pode ser deixado sem resposta, pois não é uma razão para legalizar drogas. Portanto, não há necessidade de apontar que elefantes azuis são obviamente mais elegantes. Da mesma forma, se dissessem "algumas drogas são menos prejudiciais que outras", isso também poderia ser ignorado. Embora seja claramente mais relacionado ao debate do que o argumento dos elefantes cor-de-rosa, é um argumento "pré-argumentativo" — ou seja, ainda não possui o contexto suficiente para realmente oferecer uma razão para adotar ou não a política. O outro lado pode, tranquilamente, dizer "sim, algumas drogas são mais prejudiciais que outras" e seguir em frente, ou simplesmente ignorar esse non sequitur argumentativo. Muitas vezes, como adjudicador, pode ser tentador completar argumentos que são interessantes, mas pré-argumentativos. Não faça isso.

3.2 Painéis de Adjudicação

Cada painel de adjudicação será composto por um único Presidente de Mesa e um número de adjudicadores adicionais chamados "wings" (ou "panelistas"). É responsabilidade do Presidente de Mesa conduzir a deliberação entre os adjudicadores de modo a permitir que todos participem plenamente da discussão e que se produza uma decisão por consenso e uma planilha de resultados preenchida (conhecida como "cédula" ou "ballot") dentro do limite de tempo para a deliberação: 20 minutos neste Mundial. Os Presidentes de Mesa devem

gerenciar seu tempo de forma adequada e reconhecer que as regras exigem uma votação se o consenso não for alcançado com antecedência suficiente para a conclusão da adjudicação em 20 minutos. Levando em consideração o tempo necessário para decidir os pontos dos debatedores individualmente, é recomendado considerar uma votação por volta dos 17 minutos de discussão.

As opiniões dos wings contam tanto quanto a opinião do Presidente de Mesa: a principal diferença é que os wings não têm a tarefa de presidir (ou seja, conduzir) a discussão. Os wings devem tratar o Presidente de Mesa com respeito e evitar interrompê-lo ou falar por cima dele. Se os wings sentirem que não estão sendo autorizados a participar significativamente da discussão ou tiverem preocupações sobre a forma como foram tratados pelos Presidentes de Mesa, devem relatar isso ao CA Team por meio do formulário de feedback do adjudicador ou aos Oficiais de Equidade (se necessário). No entanto, também devem estar cientes de que os Presidentes de Mesa estão limitados pelo tempo e, portanto, podem não conseguir dar-lhes tanto tempo para falar quanto gostariam. Em troca, os Presidentes de Mesa devem respeitar as opiniões dos wings e garantir-lhes uma oportunidade suficiente para contribuir com a discussão.

Após o tempo decorrido, os adjudicadores devem votar sobre as classificações em que houver discordância, sendo que a maioria, em cada ponto de desacordo, determinará o resultado. Se o painel tiver um número par de adjudicadores e o resultado de uma votação for um empate, o voto de desempate do Presidente de Mesa (ou seja, o lado do empate em que o Presidente de Mesa votou) define o resultado final.

Juízes Trainees

Alguns adjudicadores no torneio podem ser designados como “trainees”. Os adjudicadores trainees funcionam exatamente como adjudicadores wings em todos os aspectos, exceto que não têm direito a voto na decisão final dos resultados da rodada. Os adjudicadores trainees ainda podem participar da deliberação e devem acompanhar, fazer anotações e declarar suas opiniões/classificações sobre o debate. Os Presidentes de Mesa devem dar a eles a mesma oportunidade de expressar suas opiniões, e os outros adjudicadores devem engajar-se diretamente com eles na discussão. No entanto, o trainee não tem participação na decisão dos resultados finais do debate, nem pode votar caso não haja consenso entre o painel. A designação de “trainee” não deve ser interpretada como um sinal de que o CA Team considera o adjudicador ruim. Mais comumente, indica que o adjudicador possui experiência limitada em adjudicação ou que o CA Team não tem informações suficientes sobre ele.

As designações de Presidente de Mesa, Wing e Trainee podem mudar ao longo do torneio, à medida que o CA Team obtém mais informações sobre o adjudicador em questão, seja por meio de feedback das duplas e panelistas ou ao adjudicar ao lado deles.

3.3 Gerenciando a Deliberação

Em rodadas acirradas, é esperado que os adjudicadores no painel possam ter opiniões divergentes sobre o debate. Portanto, alcançar consenso e preencher o ballot em 20 minutos é uma tarefa difícil, exigindo uma gestão cuidadosa por parte do Presidente de Mesa. Aqui, oferecemos algumas sugestões de como isso pode ser conduzido. Estas não são exigências rígidas — cabe ao Presidente de Mesa administrar a discussão de forma eficaz.

É razoável dedicar alguns minutos para organizar as anotações e confirmar opiniões individualmente antes de iniciar a discussão. O Presidente de Mesa deve então pedir a cada wing que forneça um ranking completo das quatro duplas ou, pelo menos, uma indicação de quais duplas consideraram melhores ou piores em relação às outras. Caso os wings ainda não tenham um ranking completo, eles podem compartilhar intuições mais gerais (por exemplo, "primeira metade", "segunda metade", "bancada do governo", "bancada da oposição"). No entanto, é importante que as comparações entre duplas sejam "em pares" (pairwise). Ou seja, ao comparar duas duplas, as contribuições de uma terceira dupla não são relevantes para essa comparação. Por exemplo, um CG forte não fortalece a posição de OG.

Essa análise inicial não é vinculativa, mas um ponto de partida que evoluirá conforme a discussão avança. Os wings não devem sentir-se pressionados a concordar uns com os outros ou com o Presidente de Mesa em suas avaliações iniciais, pois não há consequências negativas por alterar a classificação inicial.

O Presidente de Mesa deve então avaliar o nível de consenso existente. Diversas combinações são possíveis, mas felizmente alguns cenários aparecem com frequência:

a) Todos têm exatamente o mesmo ranking — faça uma breve discussão para confirmar que as classificações são as mesmas pelos mesmos motivos. Em seguida, avance para a pontuação.

b) Todos concordam, exceto uma pessoa — peça a essa pessoa que defenda sua posição. Seja específico, adaptando a solicitação de defesa à diferença entre a opinião da minoria e da maioria. Se a diferença for em relação a uma dupla, concentre-se nela, e assim por diante.

c) Há similaridade nas classificações, mas também algumas diferenças cruciais — todos concordam sobre a posição de uma dupla ou sobre classificações relativas (por exemplo, todos concordam que OG é melhor que CG). Comece identificando quais discussões precisam ocorrer (por exemplo, há discordância sobre se OO supera OG). Consolide o consenso existente e use-o como base para resolver os impasses.

d) Caos — não há semelhança entre as classificações. Conduza uma discussão sobre os argumentos de cada dupla ou, dependendo do contexto, sobre os confrontos entre pares específicos de duplas. Esses debates geralmente se apoiam em como um argumento específico foi avaliado, então seu objetivo é detectar essas diferenças de interpretação. A discussão

inicial serve para que todos compreendam as perspectivas dos colegas e encontrem algum nível de entendimento comum. Se dois adjudicadores acreditam que argumentos diferentes são centrais, promova uma discussão sobre a prioridade relativa desses argumentos. Peça que cada adjudicador explique sua posição e tente estabelecer uma métrica para a importância dos argumentos no debate.

Após essa breve discussão, classifique as duplas e compare novamente. Se houver algum consenso, avance para as sugestões em (c) acima. Vote, se necessário.

Em todas as deliberações, os adjudicadores não devem se sentir obrigados a manter sua avaliação inicial apenas por ter sido sua primeira impressão — flexibilidade e mente aberta na discussão são cruciais, e as deliberações devem sempre buscar o consenso. Esse consenso, porém, não deve ser visto como mais importante do que chegar ao resultado correto.

Assim, os adjudicadores não devem "trocar" resultados para que cada um tenha suas opiniões parcialmente representadas na classificação final — isso tende a produzir um resultado que é difícil de justificar coerentemente. Se um adjudicador acredita que uma dupla deve ser colocada em primeiro lugar e os demais discordam, ele deve expor seus motivos. Todos os adjudicadores devem ser flexíveis e abertos à persuasão, mas, se não forem convencidos, devem manter o que consideram correto.

Lembre-se de que, embora alcançar o consenso seja ideal, nem sempre isso é possível. As opiniões podem não mudar, ou o tempo necessário para alterá-las pode ser maior que o tempo disponível. Um resultado dividido pode, em alguns casos, ser uma avaliação mais precisa do que ocorreu no debate. Não tome decisões com base em compromissos confusos, mas também não tenha receio de convocar uma votação. Durante o feedback, esperamos que explique aos debatedores a decisão de utilizar votos e como o resultado dessas votações influenciou a classificação final.

3.4 Preenchendo o Ballot

Decida a classificação primeiro, sem considerar os pontos dos debatedores até que a classificação esteja estabelecida. Isso reflete o fato de que as duplas vencem debates, não os debatedores individualmente, e vencem com base em sua contribuição agregada. Não estamos avaliando a apreciação estética dos discursos (ou pontuando o "equilíbrio da dupla"): estamos avaliando a contribuição total da dupla. Desequilíbrios dentro de uma dupla devem ser refletidos atribuindo pontuações diferentes aos debatedores.

Após a definição da classificação, o Presidente de Mesa deve liderar o painel no preenchimento da cédula. Isso envolve registrar as classificações e atribuir "pontuações de debatedores" — uma pontuação, de 50 a 100, para cada debatedor no debate. A tabela de pontuação de debatedores, com diretrizes sobre como pontuar, está anexada como apêndice no final deste manual. Existem algumas regras importantes sobre a atribuição de pontos aos debatedores:

- **As pontuações de debatedores são atribuídas com base em consenso.**

As pontuações devem refletir a decisão majoritária dos adjudicadores e não ser um compromisso entre várias opiniões (ou seja, não diga "achamos que OG vence, mas podemos ajustar os pontos para refletir a opinião diferente"). Se a maioria não acha que a classificação relativa é acirrada, não há razão para que as pontuações sugiram o contrário.

- **A soma dos pontos dos debatedores de cada dupla deve ser compatível com a classificação recebida.**

A dupla classificada em primeiro lugar deve ter uma pontuação combinada maior que a dupla em segundo lugar, a dupla em segundo lugar deve ter uma pontuação combinada maior que a dupla em terceiro, e assim por diante. As duplas não podem ter a mesma pontuação total — deve haver uma diferença de pelo menos um ponto no total de cada dupla.

- **O Presidente de Mesa deve garantir tempo suficiente para atribuir os pontos dos debatedores com atenção.**

Os pontos dos debatedores são importantes. Eles são usados para determinar a posição de duplas com o mesmo total de pontos após as rodadas classificatórias. Muitas duplas podem se classificar ou não com base nos pontos atribuídos aos debatedores. Existem também prêmios para debatedores, então os adjudicadores devem considerar cuidadosamente a atribuição dos pontos e aderir o máximo possível à tabela de pontos de debatedores.

- **Os pontos dos debatedores só distinguem com precisão na classificação final se todos os adjudicadores usarem a escala de maneira consistente.**

Não há uma "verdade metafísica" sobre como é um discurso que pontua 82, por exemplo — os adjudicadores devem seguir os padrões gerais do painel de adjudicação, conforme representado na escala de pontos, e não seus próprios critérios pessoais.

- **Os adjudicadores não devem hesitar em usar toda a escala onde for justificado — mas discursos devem ser excepcionalmente bons ou fracos para alcançar pontuações nos extremos da escala.**

No Mundial, é esperado que haja algumas pontuações em praticamente todos os níveis da escala. O padrão médio de discurso no torneio deve receber 75, e a maioria das pontuações ficará entre os 70, alto 60 e baixo 80. Contudo, espera-se que algumas pontuações atinjam a faixa alta dos 80 e a faixa baixa dos 60, e uma quantidade muito pequena entre os 50 e 90.

- **Os adjudicadores devem avaliar todos os debatedores de maneira justa e devem ter em mente que nem a proficiência no idioma nem o sotaque influenciam a pontuação.**

O viés com base no status linguístico ou no histórico cultural de um indivíduo não será tolerado pelo CA Team e impactará negativamente a classificação do adjudicador.

3.5 Anunciando o Resultado

O Presidente de Mesa do painel é responsável por dar o discurso de adjudicação oral. Caso o Presidente perca uma votação e sinta-se incapaz de justificar a decisão, ele pode optar por se retirar dessa função e pedir que um dos adjudicadores wings que votou com a maioria faça toda ou parte da adjudicação oral. Se o Presidente decidir dar a adjudicação oral, ele deve defender a posição da maioria, embora possa declarar abertamente que discordou dela.

A adjudicação deve diferenciar entre os motivos para a decisão e os conselhos para as duplas: os adjudicadores podem dar ambos. Os motivos referem-se ao que realmente aconteceu; os conselhos tratam do que não aconteceu, mas poderia ou deveria ter acontecido. Este último não pode ser a base para o primeiro.

O objetivo principal de um discurso de adjudicação oral é transmitir às duplas o raciocínio do painel ao classificá-las como fez. O discurso deve, portanto, apresentar uma argumentação lógica para a classificação, usando como evidência os argumentos apresentados no debate e como eles influenciaram os adjudicadores. Os debates não devem ser julgados com base em estilos de coaching (seja prescritivo, como "problema/solução", ou por decomposição de persuasão, como "conteúdo, estilo, estratégia").

Estruturando uma Adjudicação Oral

Passo 1 - Anuncie a classificação das duplas e explique a estrutura de sua adjudicação
Por exemplo, um Presidente de Mesa pode dizer:

"Obrigado a todos pelo debate; achamos que foi excelente. Vou começar dando a classificação, depois explicarei por que cada dupla venceu ou perdeu para as outras na rodada e, por fim, darei alguns comentários gerais. Para economizar tempo, não vou dar muito feedback individual durante essa adjudicação; no entanto, sintam-se à vontade para conversar comigo ou com qualquer um dos [nomes dos wings] para mais feedback após a rodada."

"A mesa concordou com todas as posições. A vitória foi para OG, o segundo lugar para CG, o terceiro para CO e o quarto para OO."

Passo 2 - Explique a classificação das duplas

Percorra as duplas em uma ordem lógica, comparando pares de duplas e explicando por que uma venceu a outra. Geralmente, isso significa seguir uma ordem cronológica (começando com OG e terminando com CO) ou na ordem da decisão (começando pela dupla em primeiro ou quarto lugar).

Comparar duplas exige mais do que declarações isoladas sobre a Dupla X e a Dupla Y e dizer "então X claramente venceu Y". É necessário explicar a interação entre as duplas para demonstrar quem apresentou os melhores argumentos.

Seja específico e detalhado — o uso vago de adjetivos não é suficiente (veja a seção 3.6 para exemplos). Identifique os argumentos, se e como foram respondidos e qual foi o impacto restante. Identifique quais duplas ganham crédito por quais pontos e como isso influenciou sua decisão sobre apoiar ou não a moção.

Uma maneira eficaz de dar feedback sobre um argumento ou ponto de confronto é discutir a contribuição de cada dupla sobre o ponto em ordem cronológica. Ou seja, discuta primeiro a contribuição de OG, depois de OO, e então explique por que uma foi mais persuasiva que a outra e os fatores que influenciaram essa decisão. Os adjudicadores não são obrigados a seguir esse formato, mas devem ser comparativos e específicos.

Para continuar o exemplo ilustrativo acima, usando a moção fictícia "EC demitiria todas as CA Teams e substituiria por geradores automáticos de moções baseados em big data":

"Percorrendo o debate cronologicamente para explicar a decisão: identificamos quatro pontos de confronto entre OG e OO, que foram 1. É legítimo demitir as CA Teams, 2. Demitir as CA Teams levará a moções melhores, 3. Demitir as CA Teams levará a uma adjudicação melhor, e 4. Isso fará com que as CA Teams sejam pagas.

Analisando o primeiro ponto de confronto: é legítimo demitir as CA Teams – OG apresenta duas afirmações:

1. *A principal obrigação dos organizadores do torneio é realizar um bom torneio e 2. As CA Teams consentiram implicitamente em serem demitidas em certas situações. Em relação à primeira afirmação, achamos persuasiva a análise sobre o fato de que os participantes investem muito tempo e dinheiro para participar de um torneio que poderia ser arruinado por uma adjudicação terrível.*

No entanto, a resposta de OO a essa afirmação é inteligente: eles aceitam a análise de OG, mas afirmam que as CA Teams também investem seu tempo e dinheiro (custo de oportunidade do tempo foi um bom exemplo). Importante para a mesa, OO aponta corretamente uma desconexão entre o argumento de OG e a conclusão de que isso torna legítimo demitir as CA Teams; infelizmente, OG não responde a isso no discurso do adjunto do primeiro ministro, e, portanto, essa afirmação não consegue ganhar tração.

Achamos que a segunda dessas afirmações também foi bem enfrentada por OO. OG afirma… Não achamos que nenhuma das duplas dedicou muito tempo ao quarto ponto de confronto e não entendemos por que isso seria relevante na rodada, então esse ponto não impactou nossa decisão sobre quem venceu a primeira metade do debate.

Portanto, olhando para o confronto da primeira metade da rodada: não fomos convencidos pela afirmação de OG de que era legítimo demitir as CA Teams, dadas as respostas fornecidas por OO. Isso foi decisivo, pois OO explicou que, se é ilegítimo demitir as CA Teams, qualquer benefício de fazê-lo é irrelevante, dada a ilegitimidade. Além disso, OO também conseguiu vencer no segundo ponto — nos persuadindo de que demitir as CA Teams não levaria a moções melhores. Assim, apesar de OG ter vencido no terceiro ponto sobre uma adjudicação melhor, sua incapacidade de explicar por que demitir as CA Teams era legítimo ou, mesmo que fosse ilegítimo, por que seria menos importante do que melhorar a adjudicação no torneio, nos levou a concluir que OO venceu a primeira metade."

Lembre-se: o objetivo é explicar a classificação em relação a todas as duplas no debate, e não apenas à dupla diretamente acima ou abaixo da dupla em questão. Ou seja, você deve explicar a decisão por trás das classificações: OG-OO, OO-CG, CG-CO, OG-CO, OG-CG e OO-CO. Se o tempo não permitir, concentre-se na justificativa para a dupla diretamente acima/abaixo, mas garanta que você possa justificar plenamente qualquer uma das comparações em feedback adicional, caso uma dupla peça.

Passo 3 – Dê conselhos gerais sobre como as duplas podem melhorar

Os conselhos devem ser separados dos motivos de sua decisão; isso evita confundir as duplas sobre o que é o quê. Existem várias áreas amplas de conselhos que você pode querer dar como adjudicador:

- Conselhos gerais sobre como melhorar
- Sugestões sobre por que certas coisas identificadas na adjudicação aconteceram
- O que poderia ter sido defendido (minimize isso, a menos que seja solicitado)
-

Passo 4 - Convide as duplas para conversar com você e/ou com seus wings após a rodada para mais feedback detalhado

3.6 Alguns Erros Comuns para Evitar na Adjudicação e Feedback

A seguir está um conjunto comum de erros que adjudicadores podem cometer ao determinar resultados e dar feedback. Muitos dos exemplos que fornecemos sobre esses problemas não são, em si, "feedback ruim" se acompanhados de uma elaboração mais aprofundada. No entanto, tais afirmações são, por si só, insuficientes.

"Achamos que a segunda oposição realmente consolidou o caso para nós, por isso eles venceram o debate." "A primeira oposição teve algumas coisas interessantes a dizer, mas a análise só melhorou com a segunda oposição." "A primeira oposição falou sobre direitos, mas eu realmente não achei persuasivo."

É perfeitamente aceitável que os adjudicadores usem uma linguagem geral para introduzir seus motivos, desde que cada afirmação geral seja apoiada por exemplos do que realmente

aconteceu. Nenhuma das declarações desse tipo, como as listadas acima, deve ficar sem exemplos específicos que sustentem a afirmação, seja durante a deliberação ou durante o feedback.

Falhar em Julgar o Debate como Ele Ocorreu

"A proposição nunca falou sobre direitos neste debate."

"Foi só no debatedor de sumário que ouvimos algo sobre o aspecto econômico."

"Eu realmente não teria defendido dessa forma."

Adjudicadores podem ter suas próprias opiniões sobre quais seriam os melhores argumentos para cada lado no debate, mas esses não são os critérios pelos quais o debate deve ser julgado. Os adjudicadores podem aconselhar as duplas de que havia caminhos interessantes de análise que não foram explorados, mas não podem penalizá-las pela abordagem adotada para a moção ou pelos pontos que cada dupla decidiu enfatizar.

Dar Prioridade Indevida a Certos Tipos de Argumentos

"Apenas o primeiro governo sabia o nome das principais cidades brasileiras."

"A segunda metade do governo venceu porque seus argumentos foram morais em vez de práticos."

Esse erro de adjudicação pode ocorrer de várias formas, sendo uma delas a valorização excessiva do uso de conhecimentos específicos na construção de argumentos. Duplas que fazem argumentos fortes apoiados por bons conhecimentos devem ser recompensadas, mas não pela quantidade de fatos mencionados, e sim pela força dos argumentos que esses fatos ajudam a sustentar. O uso inteligente de fatos torna um argumento mais forte e melhor, mas não cria o argumento.

Outra forma desse erro é dar prioridade indevida a argumentos de diferentes tipos (como moral/filosófico/econômico/prático). Um argumento "baseado em princípios", por exemplo, não é necessariamente melhor ou pior que um argumento "prático" — depende do que cada argumento busca provar e de quão bem ele cumpre esse objetivo.

Penalizações Inapropriadas

"Vocês não aceitaram nenhum POI, então não havia como vocês ficarem em primeiro."

"Tivemos dúvidas sobre o mecanismo, então colocamos vocês em último."

"Seu último ponto veio após seis minutos do discurso, o que prejudicou bastante a dupla."

"Como a segunda metade do governo não comparou explicitamente seus argumentos com o primeiro governo, o primeiro automaticamente fica em uma posição superior."

Um bom adjudicador não busca razões para excluir os argumentos de uma dupla ou focar mais na forma do que no conteúdo de suas contribuições. Se uma dupla violar os deveres de cumprimento de papel, deve ser penalizada apenas até o ponto de remover qualquer prejuízo causado ao debate por essa falha. A única exceção é a falta de aceitação de um ponto de informação (POI), discutida na Seção 1.4.

Em vez de penalizar as duplas, os adjudicadores devem neutralizar as vantagens decorrentes de violações das regras.

Iniciar um ponto após seis minutos provavelmente significa que o debatedor terá menos tempo para desenvolvê-lo, mas o adjudicador ainda deve avaliar a relevância e o impacto do argumento na rodada. Um argumento de um minuto pode ser tão persuasivo no último minuto de um discurso quanto seria no meio.

Não aceitar nenhum POI significa que o material do debatedor será considerado menos persuasivo, mas não excluído da análise.

A falta de clareza em um mecanismo deve ser resolvida permitindo que as duplas da oposição façam suposições razoáveis e continuem o debate a partir daí. Também pode tornar o caso do primeiro governo menos persuasivo se a falta de clareza no mecanismo parecer tornar a política menos viável ou se a ambiguidade colocar em dúvida alguns dos benefícios propostos pela política.

Se um debatedor introduzir novos argumentos em um discurso de sumário da oposição, esses argumentos devem ser desconsiderados, como se o debatedor não tivesse dito nada durante essa parte do discurso.

Em outras palavras, muitos dos erros que adjudicadores "penalizam" em debates são, na verdade, apenas casos em que as decisões do debatedor geraram um custo de oportunidade. O debatedor poderia ter utilizado seu tempo de maneira mais eficaz, talvez estabelecendo um mecanismo mais claro, mas a falta disso já torna seu discurso menos persuasivo; não há necessidade de adicionar uma "penalidade" extra contando o erro duas vezes.

Julgar o Formato e não o Conteúdo

"Vocês deveriam ter colocado o argumento sobre direitos primeiro."

"Sua dupla estava desequilibrada - todos os pontos fortes vieram do primeiro debatedor."

"Vocês falaram por apenas cinco minutos."

Falar por um certo tempo ou organizar argumentos em determinada ordem é irrelevante (em si) para decidir qual dupla venceu o debate. Naturalmente, debatedores e duplas que passam mais tempo em bons argumentos e dedicam mais tempo a explicar argumentos importantes e complexos terão mais sucesso em ser persuasivos, mas isso ocorre porque eles fizeram bons argumentos e os explicaram bem, não porque "gastaram tempo neles". Um debatedor pode vencer um debate com um discurso de um minuto (embora isso seja muito, muito difícil de fazer). Da mesma forma, às vezes um discurso se torna mais persuasivo ao organizar os argumentos em uma ordem específica, pois um argumento posterior pode se basear na análise de um argumento anterior. Adjudicadores podem optar por relatar essas questões como feedback para as duplas, mas esses fatores não devem influenciar o resultado da rodada.

Chegar Rapidamente a uma Call e Depois Buscar Justificativa

"Tivemos a mesma visão do debate, então podem vir até nós individualmente para feedback."

"As duplas da segunda metade foram muito mais persuasivas, e seus argumentos realmente ficaram conosco no final do debate, então o primeiro governo ficou em terceiro e a primeira oposição em quarto."

Como indivíduo ou como painel, pode ser tentador sentir, ao final do debate, que o resultado é muito claro e não examinar cuidadosamente as contribuições das quatro duplas para garantir uma justificativa clara para aquela classificação — construindo, em vez disso, uma justificativa para "encaixar" intuições iniciais sobre a decisão. Isso é especialmente provável quando todos os adjudicadores chegam à mesma classificação e concluem que devem estar corretos, já que todos concordaram. Adjudicadores devem sempre, ao final do debate, revisar cuidadosamente o conteúdo apresentado por todas as quatro duplas e garantir que o resultado surja de uma justificativa lógica e fundamentada, e não o contrário.

3.7 Feedback para Adjudicadores

Os CA Teams querem saber como os adjudicadores estão desempenhando por dois motivos: primeiro, para garantir a competição mais justa possível ao alocar os melhores adjudicadores para presidir as mesas; segundo, porque os adjudicadores se importam com seu desempenho no torneio, e o feedback é fundamental para avaliar sua performance de forma justa.

Existem três tipos de feedback:

- feedback das duplas sobre o adjudicador que deu a adjudicação
- feedback dos Presidentes de Mesa sobre os wings e trainees
- feedback dos wings e trainees sobre os Presidentes de Mesa

Cada tipo é importante. A única forma de os CA Teams avaliarem e alocarem os adjudicadores de forma eficaz é garantindo que todos participem na oferta de feedback.

APÊNDICE A: TABELA DE SPEAKER POINTS DO WUDC [5]

As faixas de pontuação abaixo são descrições gerais e aproximadas; os discursos não precisam ter todas as características descritas para se encaixarem em uma faixa específica. Muitos debatedores podem variar entre faixas dependendo da característica avaliada — por exemplo, seu estilo pode se situar na faixa de 73-75, enquanto seu engajamento pode estar mais próximo da faixa de 67-69, e sua argumentação mais próxima da faixa de 70-72. Os adjudicadores não devem tratar nenhuma característica isolada como decisiva por si só, mas devem buscar equilibrar todas as características do discurso para atribuir a pontuação que pareça mais apropriada. Em toda esta escala, "argumentos" refere-se tanto ao material construtivo quanto às respostas. Adjudicadores devem avaliar todos os debatedores de maneira justa e considerar que nem a proficiência no idioma nem o sotaque devem influenciar a pontuação do debatedor. Utilize toda a extensão da escala. [6]

Pontuação	Comentários Qualitativos
95-100	• Possivelmente um dos melhores discursos já feitos; • É extremamente difícil pensar em respostas satisfatórias para qualquer um dos argumentos apresentados; • Argumentos impecáveis e convincentes.
92-94	• Um discurso incrível, sem dúvida um dos melhores da competição; • Engaja com sucesso nas discussões centrais do debate, com argumentos excepcionalmente bem construídos, e seria necessário um conjunto brilhante de respostas para derrotá-los; • Não há falhas de relevância.
89-91	• Os argumentos são brilhantes e engajam com sucesso nas principais discussões da rodada; • Os argumentos são muito bem explicados e ilustrados, exigindo respostas extremamente sofisticadas para serem superados; • Apenas problemas muito leves, se existirem, mas que não afetam a força das claims apresentadas.

5. Escala de speaker points inicialmente criada por Sam Block, Jonathan Leader Maynard e Alex Worsnip e atualizada por Warsaw.
6. Veja a seção 3.4 para informações mais detalhadas sobre como preencher os ballots e determinar os speaker points.

Pontuação	Comentários Qualitativos
86-88	• Os argumentos engajam com as discussões centrais do debate e são altamente persuasivos; • Sem falhas lógicas, exigindo respostas sofisticadas para que os argumentos sejam derrotados; • Apenas pequenas falhas nos argumentos.
83-85	• Argumentos abordam as discussões centrais do debate; • Argumentos possuem explicações sólidas, exigindo respostas fortes de outros debatedores para serem superados; • Pode, ocasionalmente, deixar de responder totalmente a argumentos muito bem construídos; porém, as falhas no discurso são limitadas.
79-82	• Argumentos são relevantes e abordam as discussões centrais do debate; • Argumentos são bem construídos, sem falhas lógicas evidentes, e estão todos bem explicados; • Podem ser vulneráveis a boas respostas.
76-78	• Os argumentos são quase exclusivamente relevantes e abordam a maioria das discussões centrais; • Ocasionalmente, mas não com frequência, os argumentos podem apresentar: (i) falhas na explicação, (ii) argumentação simples vulnerável a respostas competentes ou (iii) argumentos marginais ou irrelevantes; • Fáceis de entender e, portanto, merecem crédito.
73-75	• Os argumentos são quase todos relevantes, embora possam não abordar uma ou mais discussões centrais de forma suficiente; • Argumentos são lógicos, mas tendem a ser simples e vulneráveis a respostas competentes; • Claros o suficiente para serem seguidos e, portanto, merecem crédito.
70-72	• Os argumentos são frequentemente relevantes; • Os argumentos têm alguma explicação, mas geralmente apresentam saltos lógicos significativos; • Às vezes são difíceis de entender, o que dificulta a dar crédito completo.

Pontuação	Comentários Qualitativos
67-69	• Os argumentos são geralmente relevantes; • Quase todos os argumentos têm explicações, mas quase todos têm saltos lógicos significativos; • Às vezes são claros, mas geralmente difíceis de entender, o que dificulta o crédito ao conteúdo apresentado.
64-66	• Alguns argumentos são relevantes; • Argumentos geralmente têm explicações, mas têm saltos lógicos significativos; • Frequentemente são pouco claros, o que dificulta dar muito crédito ao discurso.
61-63	• Algumas claims relevantes, sendo que a maioria foi formulada como argumento; • Argumentos têm explicações às vezes, mas com saltos lógicos significativos; • Frequentemente confuso e pouco claro, o que dificulta dar muito crédito ao discurso.
58-60	• Às vezes as claims são relevantes; • As claims não são formuladas como argumentos, embora exista alguma tentativa de explicação; • As claims são difíceis de entender, o que dificulta dar muito crédito ao discurso.
55-57	• Uma ou duas claims são marginalmente relevantes; • As claims não são formuladas como argumentos, sendo apenas comentários; • Quase tudo é difícil de entender, o que torna difícil dar muito crédito ao discurso.
50-55	• O conteúdo não é relevante; • O conteúdo não passa de claims, sendo tanto confuso quanto desorganizado; • Quase tudo é muito difícil de entender, o que torna difícil dar qualquer crédito ao discurso.

APÊNDICE B: ESCALA DE FEEDBACK PARA O PRESIDENTE DE MESA

As descrições a seguir são gerais e fornecem uma visão ampla das faixas de notas; os adjudicadores não precisam atender a todos os critérios descritos para se enquadrarem em uma faixa específica.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
10	Excepcional	**Call:** Muito precisa, com atenção detalhada a todas as comparativas entre as duplas; reconhece todas as comparativas essenciais. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa muito clara e profunda, com explicações detalhadas e bem pensadas; mostra claramente as métricas ou critérios usados na adjudicação. **Deliberação:** Comentários muito bons sobre o debate; ótimo controle da deliberação e oferece boas dicas para as duplas.
9	Excelente	**Call:** Muito precisa, com atenção cuidadosa às comparativas entre as duplas; identifica quase todas as comparativas importantes. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa muito clara, com explicações detalhadas; tenta justificar bem as métricas usadas. **Deliberação:** Comentários muito bons sobre o debate; conduz a deliberação de forma eficaz e com bom senso.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
8	Muito Bom	**Call:** Precisa, com um bom entendimento das comparativas entre as duplas; reconhece as principais comparativas. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa bem estruturada, com explicações detalhadas; pequenas falhas em clareza ou em algumas suposições, mas nada significativo. **Deliberação:** Comentários bons sobre o debate; geralmente eficiente e conduz bem a deliberação.
7	Bom	**Call:** Geralmente certa, mas pode ter alguns erros em comparativas próximas; identifica a maioria das comparativas importantes entre as duplas. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa boa, com explicações claras o suficiente; pequenas falhas de clareza ou suposições pessoais podem surgir. **Deliberação:** Comentários relevantes; conduz a deliberação de forma satisfatória, com alguns pequenos erros.
6	Acima da Média	**Call:** Quase certa, mas pode errar em comparativas próximas. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa razoável, com algumas explicações sobre os pontos principais; pequenas suposições pessoais e falhas em clareza em algumas comparativas. **Deliberação:** Comentários úteis; alguma dificuldade em liderar a deliberação de forma eficiente.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
5	Média	**Call:** Correta nos pontos básicos, mas pode errar em comparativas próximas ou esquecer partes importantes do debate. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa limitada, com algumas explicações sobre pontos principais; falhas em clareza e vieses em comparativas específicas. **Deliberação:** Ineficiente na condução da deliberação; dificuldade em ouvir e incluir todas as vozes do painel.
4	Abaixo da Média	**Call:** Incorreta em pontos importantes, mas identifica as posições básicas; dificuldade em seguir os principais argumentos. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa insatisfatória, com explicações limitadas; vieses frequentes que prejudicam a clareza. **Deliberação:** Dificuldade em gerenciar a deliberação e em considerar todas as opiniões.
3	Ruim	**Call:** Incorreta em várias partes, incluindo posições mais óbvias; dificuldade em seguir os principais argumentos. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa fraca, com explicações superficiais e vieses que afetam o resultado. **Deliberação:** Incapaz de liderar a deliberação; dificuldade em incluir as opiniões dos outros.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
2	Muito Ruim	**Call:** Selvagemente imprecisa, com falhas em mais de uma posição óbvia; grandes dificuldades em seguir os argumentos. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa quase inexistente, com suposições irrelevantes e vieses que distorcem o resultado. **Deliberação:** Incapaz de gerenciar a deliberação e de considerar as opiniões dos outros.
1	Horrpilante	**Call:** Totalmente incorreta, com falhas em várias posições óbvias e falta de entendimento do debate. **Raciocínio/Justificação:** Justificativa sem base, com muita confusão e vieses graves que distorcem o resultado. **Deliberação:** Totalmente incapaz de gerenciar a deliberação e prejudicial ao processo de adjudicação.

APÊNDICE C: ESCALA DE FEEDBACK PARA WINGS E TRAINEES

As faixas de pontuação abaixo são descrições gerais; os adjudicadores não precisam atender a todos os pontos descritos para encaixar uma pontuação em uma faixa específica.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
10	Excepcional	**Precisão:** Call extremamente certa, mostrando compreensão clara e avaliação muito detalhada das comparativas entre as duplas (refletido pelos speaker points); reconhece todas as comparativas necessárias. **Justificação:** Justificação muito bem feita, com explicações profundas, inteligentes e bem detalhadas; identifica e justifica claramente as métricas usadas na adjudicação; certamente deveria presidir. **Deliberação:** Contribuição excepcional à deliberação, mostrando excelente julgamento sobre o que é relevante e útil; muito útil, com comentários claros e diretos.
9	Excelente	**Precisão:** Call muito certa, com boa compreensão e avaliação das comparativas entre as duplas; reconhece quase todas as comparativas necessárias. **Justificação:** Justificação bem estruturada, com explicações detalhadas e inteligentes; boas tentativas de justificar as métricas na adjudicação; deveria presidir. **Deliberação:** Contribuição valiosa à deliberação, mostrando bom julgamento sobre o que é relevante e útil; muito útil.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
8	Muito Bom	**Precisão:** Call certa, mostrando bom julgamento nas comparativas entre as duplas; reconhece a maioria das comparativas necessárias. **Justificação:** Justificação bem feita, com explicações detalhadas e apenas pequenos deslizes; as métricas são identificadas, mas não justificadas de forma completa; grande potencial para presidir. **Deliberação:** Contribuição completa à deliberação, mostrando bom julgamento sobre o que é relevante e útil; muito útil.
7	Bom	**Precisão:** Call certa, com rankings geralmente certos, mas pode falhar em comparativas mais próximas entre as duplas; reconhece as comparativas mais importantes. **Justificação:** Justificação geralmente bem feita, com explicações sólidas; pequenas falhas de clareza ou viés pessoal em algumas comparativas; tem potencial para presidir. **Deliberação:** Boa contribuição à deliberação, refletindo bom julgamento sobre o que é relevante; útil, com poucas falhas.
6	Acima da Média	**Precisão:** Call em sua maioria certa, mas pode falhar em comparativas mais próximas. **Justificação:** Boa tentativa de justificar a decisão, com explicações mostrando alguma compreensão dos pontos principais; algumas falhas de clareza e viés pessoal. **Deliberação:** Boa contribuição à deliberação, com julgamento em sua maioria certo sobre o que é relevante; útil, com algumas falhas.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
5	Média	**Precisão:** Call em geral certa para os pontos mais óbvios; pode falhar em comparativas mais próximas ou ignorar uma parte importante da deliberação. **Justificação:** Alguma tentativa de justificar a decisão, com explicações limitadas dos pontos principais; falhas regulares de clareza e viés pessoal. **Deliberação:** Contribuição mediana à deliberação; útil em algumas partes, mas pode ser vaga ou desatenta.
4	Abaixo da Média	**Precisão:** Call errada, mas identifica corretamente os rankings mais óbvios; algumas falhas na compreensão dos argumentos. **Justificação:** Justificação insuficiente, com explicações superficiais dos pontos principais; falhas frequentes de clareza e viés pessoal. **Deliberação:** Contribuição mediana à deliberação; útil em partes, mas frequentemente vaga.
3	Ruim	**Precisão:** Call errada que falha em identificar um ou mais dos rankings mais óbvios; várias falhas de compreensão. **Justificação:** Justificação fraca, sem compreensão dos pontos principais; falhas frequentes que distorcem a decisão. **Deliberação:** Contribuição abaixo da média; pouco útil e genérica.

Pontuação	Descrição Geral	Comentários Qualitativos
2	Muito Ruim	**Precisão:** Call extremamente errada, que falha em identificar mais de um dos rankings mais óbvios; várias falhas centrais de compreensão. **Justificação:** Pouca ou nenhuma justificativa; falhas frequentes e irrelevância que prejudicam a qualidade da justificação. **Deliberação:** Contribuição fraca e, às vezes, prejudicial.
1	Horrpilante	• **Precisão:** Call completamente errada, que falha em identificar os rankings mais óbvios; falta de compreensão básica da deliberação. • **Justificação:** Nenhuma tentativa de justificar a decisão; explicações irrelevantes e totalmente distorcidas. • **Deliberação:** Contribuição muito ruim; obstrutiva e prejudicial à deliberação.